

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIENCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO PROFISSIONALIZANTE EM
PATRIMÔNIO CULTURAL**

**MUSEU COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO DO
PATRIMÔNIO CULTURAL: DESENVOLVIMENTO DO PLANO
MUSEOLÓGICO NO MUSEU ANTROPOLÓGICO DIRETOR
PESTANA**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Luciana Silveira Cardoso

Santa Maria, RS, Brasil

2014

**MUSEU COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO
CULTURAL: DESENVOLVIMENTO DO PLANO MUSEOLÓGICO NO
MUSEU ANTROPOLÓGICO DIRETOR PESTANA**

Luciana Silveira Cardoso

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural, Área de Concentração em História e Patrimônio Cultural, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Patrimônio Cultural.**

**Orientador: Profa. Dra. Heloisa Helena Fernandes Gonçalves da
Costa**

Santa Maria, RS, Brasil

2014

Ficha de identificação da obra elaborada pela autora através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Silveira Cardoso, Luciana

Museu como Instrumento de Gestão do Patrimônio Cultural: elaboração do Plano Museológico do Museu Antropológico Diretor Pestana / Luciana Silveira Cardoso.- 2014.

94 p.; 30cm

Orientadora: Heloisa Helena Fernandes Gonçalves da Costa

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural, RS, 2014

1. Gestão de Museus 2. Plano Museológico I. Fernandes Gonçalves da Costa, Heloisa Helena II. Título.

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio
Cultural**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

**MUSEU COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO
CULTURAL: DESENVOLVIMENTO DO PLANO MUSEOLÓGICO NO
MUSEU ANTROPOLÓGICO DIRETOR PESTANA**

elaborado por
Luciana Silveira Cardoso

como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Patrimônio Cultural

COMISSÃO ORGANIZADORA:

Heloisa Helena Fernandes Gonçalves da Costa, Dra.
(Presidente/Orientadora)

Denise de Souza Saad, Dra.

Marta Rosa Borin, Dra.

Santa Maria, 25 de Agosto de 2014.

À minha família (os de sangue e os agregados)

Agradecimentos

Primeiramente, e não poderia ser diferente, agradeço a Deus. Obrigada meu Deus por todas as coisas.

Agradeço ao Programa de Pós Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural (PPGPPC) pelo aceite e por todo o apoio que me foi dado. A nossa Coordenadora, Prof^a Denise Souza Saad, muito obrigada por querer me ouvir.

Ao Curso de Bacharelado em Museologia e ao Programa de Pós Graduação em Artes: Especialização em Patrimônio Cultural Conservação de Artefatos da UFPel, agradeço a acolhida e todo auxílio para o desenvolvimento das Docências Orientadas. Diego, Nóris e Silvana obrigada por todo o incentivo.

Com grande admiração agradeço a minha orientadora, Prof^a Heloisa Helena Fernandes Gonçalves da Costa, que acreditou no meu projeto e com toda a doçura, que lhe é particular, inteligência e bom humor, me cobrou, ajudou e acalmou. Obrigada querida Helo, quero ser uma Professora como tu.

Com toda a força que tenho agradeço ao meu amigo, orientador e grande Mestre Diego Lemos Ribeiro. Contigo, querido, aprendi a ser museóloga, pesquisadora, professora e mais humana, tens sido fundamental em minha caminhada.

Aos queridos colegas, e agora amigos, Elias, Milene e Sara, vocês foram essenciais, nada teria sido tão gratificante sem vocês junto. Levo cada um no meu coração e na minha memória.

A equipe do Museu Antropológico Diretor Pestana muito obrigada por acreditarem neste trabalho. Espero, sinceramente, que o mesmo cause mudanças. Todo meu carinho a Stela, Belair, Lúcia, Sandra Boger, Sandra Maldaner, Amanda, Jaqueline, Miriam e Mariane.

Aos colegas de UFSC, Eliza, Fernando, Miriam, Rafael, Thainá, Valdemar, Vanilde e Wagner, muito obrigada pelo apoio e, em alguns casos, pela torcida.

Todo meu carinho e o maior muito obrigada do mundo aos amigos Daniele, Marta e Luís, sem os quais nada disso teria acontecido. Valeu Marta e Luís pelo cuidado no dia da seleção.

Aos queridos Thainá e Fernando, que bom ter vocês por perto. Obrigada por entenderem sempre.

Com a mesma intensidade que recebi, devolvo a cada um dos alunos do Bacharelado em Museologia da UFSC todo carinho, respeito e consideração. Obrigada pela acolhida. Obrigada por acreditarem.

Fer e Gil, obrigada pela parceria. Vocês são parte importante desta nova vida. Levo vocês pra sempre.

Laís minha querida, ainda bem que Deus te trouxe pra minha vida. Obrigada por ouvir minhas loucuras.

As malvadinhas, Nathi, Sandrinha e Leti, nenhuma distância é capaz de quebrar nosso vínculo. Vocês são o melhor presente que a Museologia me deu. Obrigada por estarem sempre on pra mim.

Com todo o amor possível agradeço as mulheres da minha vida, Zeli e Adriana, por todo apoio, carinho, dedicação e cuidado. Aos meus amores Rui Carlos, Maria Carolina, Yago e Giulli, obrigada por cada abraço e beijo. Aos meus tios/pais João e Zenilda, obrigada por serem sempre tão atenciosos. A minha uxa Miriam, que bom te ter na minha vida. Vocês todos são a razão pela qual existo. São meu verdadeiro patrimônio.

*“A ação transformadora dos museus começa pela reflexão
que eles fazem sobre si mesmos.”*

(Waldisa Guarnieri Rússio)

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural
Universidade Federal de Santa Maria

MUSEU COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL: DESENVOLVIMENTO DO PLANO MUSEOLÓGICO NO MUSEU ANTROPOLÓGICO DIRETOR PESTANA

Autora: Luciana Silveira Cardoso
Orientadora: Heloisa Helena Fernandes Gonçalves da Costa
Data e Local da Defesa: Santa Maria, 25 de Agosto de 2014.

O texto apresentado é o resultado da pesquisa da dissertação de mestrado para o Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria (PPGPPC/UFSM). Neste trabalho será analisada a temática da Gestão de instituições museológicas, tendo como estudo de caso o Museu Antropológico Diretor Pestana, uma instituição privada mantida pela Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Para essa investigação propõe-se o Diagnóstico Situacional do Museu e posterior desenvolvimento dos Programas Específicos, entretanto sem serem desenvolvidos os Projetos. Baseamos nosso olhar nas diretrizes da Lei 11.904/2009 que implementa o Estatuto dos Museus, tendo como produto deste trabalho uma proposta de Plano Museológico para a instituição, considerando, sobretudo, a realidade local e as possibilidades de adequação da mesma.

Palavras-chave: Museu Antropológico Diretor Pestana, Gestão de Museus e Plano Museológico - Lei 11.904/2009.

ABSTRACT

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural
Universidade Federal de Santa Maria

MUSEU COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL: DESENVOLVIMENTO DO PLANO MUSEOLÓGICO NO MUSEU ANTROPOLÓGICO DIRETOR PESTANA

Autora: Luciana Silveira Cardoso
Orientadora: Heloisa Helena Fernandes Gonçalves da Costa
Data e Local da Defesa: Santa Maria, 25 de Agosto de 2014.

The text presented is the result of research of the dissertation to the Graduate Program in Cultural Heritage College of the Federal University of Santa Maria (PPGPPC / UFSM). In this work we will analyze the theme of Management museological institutions, taking as a case study the Anthropology Museum Director Pestana, a private institution maintained by the Foundation for Integration, Development and Education of Northwest State of Rio Grande do Sul. For this research proposes the Situational Diagnosis of Museum and later development of specific programs, however without being developed Projects. We base our look at the guidelines of Law 11.904/2009 that implements the Status of Museums, with the result of this work a proposal for a museum site plan for the institution, considering especially the local realities and possibilities of adjusting it.

Palavras-chave: Pestana Anthropological Museum Director, Management Museums and Museológico Plan - Law 11.904/2009.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI – ACERVO INDÍGENA

AM – ACERVO MISSIONEIRO

AP – ACERVO POVOAMENTO

FAFI – FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE IJUÍ.

FATEC – FUNDAÇÃO DE APOIO A TECNOLOGIA E CIÊNCIA

FIDENE – FUNDAÇÃO DE INTEGRAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

IBRAM – INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS

ICOM – CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS

IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

MADP – MUSEU ANTROPOLÓGICO DIRETOR PESTANA.

RS – RIO GRANDE DO SUL.

SBM – SISTEMA BRASILEIRO DE MUSEUS

SEM/RS – SISTEMA ESTADUAL DE MUSEUS DO RIO GRANDE DO SUL

UNIJUÍ – UNIVERSIDADE REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Organograma FAFI e Institutos	28
Figura 02: Organograma atual da FIDENE	29
Figura 03: Primeira Sede do Museu, 1962	31
Figura 04: Lançamento da Pedra Fundamental do Museu, 1968	32
Figura 05: Exposição de Longa Duração, 1971	33
Figura 06: Exposição de Longa Duração, 1972	33
Figura 07: Construção da Sede do Museu, 1979	34
Figura 08: Inauguração do Primeiro Módulo do Museu, 1976	34
Figura 09: Inauguração do Segundo Módulo do Museu, 1981	35
Figura 10: 1º Encontro de Museus Regionais, 1986	36
Figura 11: 3º Encontro de Museus do Cone Sul, 1993	37
Figura 12: 2º Encontro Latino Americano de Museus de História e Antropologia do Cone Sul	37
Figura 13: Fachada do Museu Antropológico Diretor Pestana	60
Figura 14: Organograma, última versão.	61
Figura 15: Reserva Técnica	65
Figura 16: Reserva Técnica	65
Figura 17: Reserva Técnica	65
Figura 18: Reserva Técnica	65
Figura 19: Exposição de Longa Duração	66
Figura 20: Exposição de Longa Duração	66
Figura 21: Exposição de Longa Duração	66
Figura 22: Exposição de Longa Duração	66
Figura 23: Espaço Ijuí Hoje	67
Figura 24: Espaço Ijuí Hoje Planta Baixa do Museu	67

Figura 25: Site do Museu	69
Figura 26: Informativo KEMA	69
Figura 27: Informativo KEMA	69
Figura 28: Acesso a Sala de Exposição	70
Figura 29: Sala de Exposição Temporária	70
Figura 30: Prédio do Museu	71
Figura 31: Planta Baixa do Museu	72

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Orçamento referente ao ano de 2014, por programa de trabalho	74
Tabela 02: Pontos Fortes e Pontos Fracos	75
Tabela 03: Oportunidades e Ameaças	75

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1.1. Tema	19
1.2. Problema de pesquisa e relevância do projeto	19
1.3. Objetivos	20
1.3.1. Objetivo Geral	20
1.3.2. Objetivos Específicos	20
1.4. Estrutura da Pesquisa	20
Capítulo I – MUSEU ANTROPOLÓGICO DIRETOR PESTANA	22
2.1. Um espaço de salvaguarda	22
2.1.1. Ijuí, contexto histórico e cultural	24
2.1.2. Surge um Museu Antropológico	31
2.2. Importância das Coleções do MADP	39
Capítulo II – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	45
Capítulo III – PLANO MUSEOLÓGICO DO MADP	55
4.1. Proposta de Plano Museológico para o Museu Antropológico Diretor Pestana	55
4.1.1. Definição da Instituição	59
4.1.2. Diagnóstico Situacional	61
4.1.3. Pontos Fortes e Pontos Fracos	76
4.1.4. Oportunidades e Ameaças	76
4.1.5. Apontamentos para o desenvolvimento dos Programas	76
4.1.5.1. Institucional	76
4.1.5.2. Gestão de Pessoas	77
4.1.5.3. Acervo	78
4.1.5.4. Exposições	78
4.1.5.5. Educativo e Cultural	79
4.1.5.6. Pesquisa	79
4.1.5.7. Arquitetônico	80
4.1.5.8. Segurança	80
4.1.5.9. Financiamento e Fomento	81
4.1.5.10. Difusão e Divulgação	81
CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
REFERÊNCIAS	87

ANEXO I – Ato de Criação do Museu	92
ANEXO II – Organograma da FIDENE	93

INTRODUÇÃO

O presente trabalho aponta a importância da execução de ferramentas de gestão para instituições museológicas, tendo como foco o desenvolvimento de ações em prol da gestão do Museu Antropológico Diretor Pestana (MADP), bem como a obrigatoriedade de implementação do Plano Museológico, determinado pela Lei 11.904/2009.

Criado em 25 de maio de 1961, por iniciativa do Centro de Estudos e Pesquisas Sociais da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ijuí (FAFI), o Museu Antropológico Diretor Pestana tem por objetivo preservar o patrimônio cultural do município, testemunhando assim a caminhada e a identidade do homem da Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (RS). Seu acervo inicialmente foi constituído pela doação de material arqueológico coletado na região pelo Dr. Martin Fischer, um dos fundadores, e enriquecido pelas doações da comunidade ijuiense, incentivada pelo Programa Radiofônico “Nossas Coisas Nossa Gente”, projeto dos fundadores da instituição que ia ao ar semanalmente.

Atualmente, o museu é mantido pela Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (FIDENE), e, além do acervo exposto, que é cerca de dez por cento da totalidade de objetos musealizados, é responsável pela salvaguarda de documentos pertencentes aos arquivos: FIDENE, Ijuí, Sindicalismo, Cooperativismo, Regional e Kaingang, Guarani e Xeta, além de também acervos iconográficos, sonoros e audiovisuais.

O interesse em aprofundar o estudo referente à gestão deu-se a partir do conhecimento empírico adquirido em dois anos e oito meses de trabalho no Museu Antropológico Diretor Pestana. Durante tal período foi possível observar que mesmo com mais de 50 anos de existência, não houve a execução de qualquer política de gestão específica e efetiva, pensada a curto, longo ou médio prazo, em prol do reconhecimento das necessidades básicas do Museu.

Somado a isto, a escolha do tema se deu também pela obrigatoriedade das instituições museológicas brasileiras se adequarem a Lei 11.904/2009. Tal lei, que institui o Estatuto Brasileiro de Museus, direciona nos Artigos 44, 45, 46 e 47, as frentes que devem ser diagnosticadas e trabalhadas para que os museus elaborem

e implementem o Plano Museológico. Plano este que vem a ser uma ferramenta deveras importante para que os museus se reconheçam institucionalmente e direcionem as ações em prol da preservação de seu patrimônio cultural.

Concordando com Trindade (2010), entendemos que o Plano:

É elaborado com a finalidade de impulsionar a gestão do museu e de integrar as diversas áreas de funcionamento, tanto no processo de requalificação de um já existente, quanto num processo de implantação. É, ainda, uma ferramenta de planejamento que ordena e prioriza as ações a serem desenvolvidas pelo museu para que este cumpra a sua função social. (Trindade, 2010, p.07)

Ou seja, evidencia prioridades, pontua as demandas e, principalmente, orienta o gestor da instituição. Ainda segundo Trindade “é também documento museológico por constituir marco na trajetória da instituição”. (Trindade, 2010, p.07)

A partir de tais apontamentos, podemos dizer que o Museu Antropológico Diretor Pestana tem sido, desde sua criação, um local de experimentação. Afinal destacou-se como a primeira instituição da Região Noroeste que iniciou o processo de salvaguarda, em espaço único, de todos os documentos/artefatos referentes à história e memória da sociedade local e regional. Além disto, tem sido parceiro da 4ª Região Museológica do Estado do Rio Grande do Sul, bem como tem desenvolvido atividades conjuntas ao Sistema Estadual de Museus. Ações estas que demonstram, a nosso ver, a preocupação e o cuidado com as referências locais, a pesquisa e a fruição do patrimônio.

Entretanto, algumas atividades técnicas específicas foram sendo deixadas à margem de outras demandas, o que gerou para o Museu grandes problemas no que tange o alto reconhecimento de sua Vocação e Missão.

Percebemos que embora seja reconhecida pela comunidade como um local de guarda e comunicação, a instituição desconhece suas necessidades e por tal motivo acaba não conseguindo assumir uma diretriz para o desenvolvimento de suas demandas, muitas vezes optando pelo abandono de certa atividade sem ao menos avaliar as influencias que podem ser obtidas a partir de tal ação.

É neste universo que observamos a importância de um estudo específico que aponte as diretrizes para elaboração do Plano Museológico do MADP, pois, mesmo

tendo se tornado uma referência para a região, ainda não possui diretrizes claras e não reconhece a totalidade de seu universo de ação.

Indo ao encontro de Lord e Lord, defendemos que “O propósito da gestão dos museus é facilitar a tomada de decisões para a execução da sua missão, o cumprimento do seu mandato e a execução de seus objetivos em curto e longo prazos para cada uma de suas funções” (Lord e Lord, apud Cândido et al, 2013, p.131).

Sendo assim, por conhecermos a realidade do museu e entendermos as necessidades específicas das instituições museológicas, desenvolvemos tal proposta. Uma vez que questões relacionadas à gestão de museus têm sido amplamente discutidas e as bases para o desenvolvimento de políticas efetivas ainda não estão consolidadas, entendemos que trazer a discussão este tema e, muito prematuramente, tentar apontar bases, é interessante para que se reflita a cerca das políticas de gestão de museus que vem sendo exercidas no Brasil e como as mesmas devem se desenvolver considerando as tipologias institucionais e as realidades locais.

Neste sentido, reconhecemos a pesquisa sendo de abordagem qualitativa e objetivo exploratório, que é um tipo de pesquisa muito específica e costuma delinear-se, assim como no presente projeto, como um estudo de caso (Gil, 2008, p.07), pois, segundo Santos (s.a, p.01) “ao final de uma pesquisa exploratória, você conhecerá mais sobre aquele assunto e estará apto a construir hipóteses”.

É uma pesquisa aplicada, que utiliza como fonte: bibliografias, documentos produzidos a nível institucional, entrevistas, assim como legislações e outros estudos de caso sobre gestão de espaços museológicos.

Assim sendo, objetiva-se como produto da pesquisa a elaboração de uma proposta de Plano Museológico para o Museu Antropológico Diretor Pestana, e assim voltar o “olhar” instituição para a implementação efetiva das diretrizes de gestão museológica, necessárias ao desenvolvimento de políticas de preservação em prol do patrimônio ali salvaguardado.

1.1. Tema

Gestão de Museus com vistas à preservação do patrimônio cultural.

1.2. Problemas de pesquisa e relevância do projeto

Entendemos que as diretrizes de gestão devem ser a base para o desenvolvimento de ações efetivas dentro das instituições museológicas, e, ao nos depararmos com as ações desenvolvidas pelo MADP, percebemos que a falta de um plano de gestão que direcione as atividades do Museu e reconheça suas necessidades, apresenta-se como o problema que impulsiona a execução desta dissertação.

Além disto, ao longo dos seus 51 anos a instituição tornou-se uma referência para os demais municípios da Região Noroeste do Rio Grande do Sul, que muitas vezes buscaram o Museu para auxiliá-los a criar suas próprias instituições de memória.

Baseamos nossa fala no conhecimento empírico adquirido através do trabalho prestado ao Museu. Durante este período foi possível observar o quanto ainda hoje, mesmo com acesso a internet e ampla divulgação de atividades relacionadas a Museus, os municípios da Região utilizam o MADP como referência no que tange estrutura física, organizacional e de atendimento.

Neste sentido entendemos que a Elaboração do Plano Museológico do MADP é de suma relevância para o desenvolvimento das políticas de gestão cultural da Região Noroeste, uma vez que o mesmo seja implementado estaremos indo, ainda mais, ao encontro das diretrizes de gestão museológica e firmando o Museu como referência e, sobretudo, disseminador desta ação.

No decorrer do período citado o MADP foi procurado para auxiliar com: Processamento Técnico relacionado ao acervo, Diagnóstico Situacional, Elaboração de Projetos para editais de fomento, Treinamento de equipes e Montagem de Exposição, o que corrobora nossa expectativa de, após elaborar o Plano

Museológico, direcionar os demais Museus da Região para que também desenvolvam tal ação.

1.3. Objetivos

1.3.1. Objetivo Geral

Elaborar uma proposta de Plano Museológico para o Museu Antropológico Diretor Pestana, e assim implementar efetivamente as diretrizes de Gestão Museológica necessárias para o desenvolvimento das políticas de preservação do patrimônio ali salvaguardado.

1.3.2. Objetivos Específicos

- Apontar os parâmetros e legislações que regulamentam a gestão do patrimônio cultural e museológico;
- Desenvolver o Diagnóstico Situacional, que apontará os problemas internos e externos que influenciam diretamente nas ações de preservação do Museu;
- Desenvolver os Programas de Ação, a partir do Diagnóstico Situacional.

1.4. Estrutura da Pesquisa

Considerando os apontamentos anteriores, organizamos a dissertação da seguinte forma.

INTRODUÇÃO, onde explicitamos os motivos que nos motivaram a escolha do tema e a forma como a mesma discorrerá.

No CAPÍTULO I apresentaremos o Museu Antropológico Diretor Pestana e apontaremos a importância do mesmo no cenário museológico regional, estadual e nacional. Trataremos ainda dos aspectos de constituição e desenvolvimento da instituição no que tange às questões relacionadas com a gestão, tanto do Museu quanto dos acervos. Ao realizarmos tal ação, que será na verdade um Diagnóstico Situacional, já estaremos ligados ao objetivo desta pesquisa – direcionar as análises para a elaboração do Plano Museológico.

No CAPÍTULO II apontaremos a fundamentação teórica e conceitual que corrobora tal pesquisa, sendo as mesmas: instituição Museu, Gestão e Plano Museológico (Lei 11.904/2009). Além de trabalhar os conceitos, observaremos a aplicabilidade dos mesmos e as convergências e divergências em torno de tal assunto.

No CAPÍTULO III desenvolveremos ações em prol da efetivação do Plano Museológico. De acordo com o Diagnóstico Situacional previamente realizado, e apresentado neste capítulo, conheceremos os problemas, e a partir do mesmo construiremos uma proposta de Plano de acordo com os Programas citados na Lei: Institucional, Gestão de Pessoas, Acervo, Exposições, Educativo e Cultural, Pesquisa, Arquitetônico, Segurança, Financiamento e Fomento, Difusão e Divulgação.

Encerrando a dissertação com as CONSIDERAÇÕES FINAIS, onde pretendemos explicitar como se desenvolveu o trabalho e apontar as dificuldades, bem como possibilidades e hipóteses que auxiliem a construção de Planos Museológicos.

CAPÍTULO I – MUSEU ANTROPOLÓGICO DIRETOR PESTANA

Neste capítulo apresentaremos a trajetória do Museu Antropológico Diretor Pestana (MADP), dando ênfase aos fatores históricos, econômicos e socioculturais que motivaram o desenvolvimento do município de Ijuí e a criação deste espaço para “guarda” da memória local e regional.

Além do exposto acima, buscamos contextualizar o surgimento desta instituição no cenário regional, bem como, considerando a atualidade, apontar as mudanças pelas quais o Museu passou e a nova realidade do mesmo perante os órgãos responsáveis pela cultura e pela preservação do patrimônio.

Sendo assim, voltaremos nosso olhar para as coleções salvaguardadas pela instituição, apresentando a importâncias das mesmas tanto para o surgimento do Museu, quanto para a gestão do mesmo.

2.1 – Um espaço de salvaguarda

Quando iniciamos nossa pesquisa acerca da história do MADP e dos caminhos que levaram a criação da instituição, fomos direcionados a um apontamento de Iván Izquierdo no livro *Questões sobre memória*. Segundo o autor, memória é adquirir, conservar e evocar informações, sendo que a evocação pode ser denominada lembrança e a falta dela denominada esquecimento. (Izquierdo, 2004, p.15)

Izquierdo vai além, afirmando que “Memória tem também os povos, as nações e as cidades; o conjunto destas memórias denomina-se *História*¹” (Izquierdo, 2001, p.15).

Neste sentido, como que se firmando sobre o apontamento de Izquierdo, temos os discursos de inauguração do, então denominado, Museu Antropológico de Ijuí. Segundo Marques² (1961) o Museu foi criado para:

¹ Grifos nosso;

...proceder um levantamento, de todos os setores do município e da região. Estudaremos nossa história: as origens e desenvolvimento desta região.... aqueles esforços, aqueles sacrifícios iniciais, todo o heroísmo que se expendeu, tudo que deve ser recordado, é necessário que nada se perca... para que tenhamos tradição, para que nossa vida tenha continuidade. (Marques, 1961)

Corroborando as ideias de Marques, temos o discurso de Martin Fisher, primeiro Diretor do Museu e doador da primeira coleção inserida na instituição.

Sua tarefa [*do museu*]³ é colecionar e guardar documentos oficiais e particulares, bem como objetos de qualquer espécie, que têm relação com a história da zona e com a cultura e os costumes de seus habitantes.... Além disto, o Museu Antropológico dará ao povo em geral a oportunidade a instruir-se e aumentar seus conhecimentos, despertando assim o respeito ao passado, o amor ao presente e a esperança no futuro. O caráter científico do instituto ganhará, desta maneira, um aspecto patriótico. (MADP, 2002, p.32)

Ou seja, a partir de uma vontade e, considerando as falas de Marques e Fisher, necessidade de guardar a história do homem que desbravou a cidade e a região, cria-se um Museu Antropológico para que haja um local de lembranças, um lugar de memórias, um espaço para evitar o esquecimento.

Ao longo do período desta pesquisa, percebemos que para falar da criação do Museu é necessário que conheçamos um pouco da história local; afinal, a nosso ver, para além da necessidade de guardar as memórias do povo, a instituição é criada como forma de afirmar e firmar a importância da cultura daqueles colonos que vieram para o Brasil e trouxeram consigo os hábitos de suas terras.

Neste sentido trataremos, a partir de então, de contextualizar as bases de formação histórica e as influências que caracterizam o município de Ijuí. Isso porque entendemos que esses fatores, acrescidos da presença indígena, negra e cabocla na região, estão intimamente ligados aos motivos pelos quais o acervo foi recolhido e a instituição criada.

² Mário Osório Marques, quando da fundação do Museu, era Frei Capuchinho na Paróquia São Geraldo. Paróquia onde se iniciou as atividades da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ijuí (FAFI).

³ Observação nossa.

2.1.1. Ijuí, contexto histórico e cultural.

A Colônia de Ijuhy foi fundada em 19 de outubro de 1890. Entretanto, antes da fundação da Colônia muitos foram os grupos indígenas, negros e caboclos que ocuparam a região, e várias foram as tentativas, por parte do governo, de colonizar a Região Noroeste do Rio Grande do Sul.

Antes dos processos de colonização a região já era ocupada por grupos indígenas; segundo Lazzarotto (2002) pesquisas arqueológicas apontam a existência de grupos caçadores e coletores pré-cerâmicos na região de Ijuí, provavelmente de tradição Humaitá, existindo também sítios cerâmicos que corroboram a presença Guarani na região.

Os Guaranis foram, basicamente, os primeiros a ter contato com os Missionários que fundaram as 18 reduções jesuíticas (1626 – 1640). E também, retornando à região após terem fugido dos Bandeirantes, tiveram ligação direta com a fundação dos Sete Povos das Missões (1682 – 1768).

Com a decadência das Missões, após 1750, e a tomada das mesmas por portugueses em 1801⁴ - processo que resultou na morte de muitos índios Guaranis - os índios de tradição Gê, atualmente denominados Kaingang, ocupam as matas do Rio Uruguai.

Ambas as etnias, Guarani e Kaingang, continuam presentes na região e foram os artefatos que as representam, coletados em escavações arqueológicas, que deram início às coleções do futuro Museu.

Ainda segundo Lazzarotto (2002), além destes grupos étnicos, por volta de 1830 se tem a presença do Caboclo⁵ nas regiões de mata, sendo os mesmos responsáveis pelo começo da exploração da erva-mate. Segundo Castro, “após a abertura da estrada das Missões, por João de Barros, afluiu para estas paragens

⁴ Ano da primeira Campanha Cisplatina. A Cisplatina foi uma província do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves e, posteriormente, do Império do Brasil, que correspondia ao atual território do Uruguai. A Campanha foi a primeira invasão da Cisplatina por tropas portuguesas de D. João VI, entre 1811 e 1812.

⁵ Caboclo é uma palavra de origem Tupi que designa o mestiço de índio com branco. Por extensão, o termo abrange todos os que têm origem indígena ou que seguem um sistema de vida à semelhança dos indígenas. (Gehlen, 1999, apud Lazzarotto et al, 2002, p.22)

[região noroeste do território gaúcho]⁶ grande número de aventureiros, na maior parte de São Paulo, incluindo a comarca de Curitiba...” (Castro, apud Lazzarotto et al, 2002, p.24).

Estes aventureiros mestiços, denominados Caboclos, juntamente com os grupos indígenas ainda presentes, foram os responsáveis pela ocupação inicial da região missioneira.

Após 1845 o Brasil começa a receber imigrantes para substituir a mão de obra escrava; neste sentido o sul do Brasil foi destinado a receber os imigrantes e legitimar a propaganda, que se fazia na Europa, de que aqui receberiam terras para cultivar. Além disso, a ocupação das matas da bacia do Uruguai preocupava as autoridades imperiais, por motivos estratégicos (fronteiras) e para diminuir os custos dos gêneros alimentícios.

Segundo o Relatório da Comissão de Vacas Brancas, de 1857, assinado pelo militar Francisco Rave: _ “É fato, pois que os gêneros alimentícios têm subido de preço nas Missões e em tal medida que a criação de estabelecimentos agrícolas na costa do rio Uruguai é desejada e uma necessidade indubitável”. Afirma ainda que: “a cultura destes terrenos tão férteis, tão propícios para a colonização que lá se desenvolva e floresça, e junto à navegação do Uruguai poderá mudar, em futuro, vantajosamente, a face da Província do Rio Grande do Sul.” (Relatório da Comissão de Vacas Brancas, 1857, p.558 e 559)

Neste sentido explica Pereira (2011):

... há a necessidade de ocupação do território e a promoção da agricultura policultora, fundamental para abastecer os centros urbanizados e os latifúndios com alimentos, criando assim homens livres para os exércitos imperiais e consolidando a ocupação do espaço, além de desenvolver uma população livre de pequenos proprietários para equalizar a população escrava. O Rio Grande do Sul foi um destino importante para a colonização, pela necessidade de povoamento de extensas áreas e o abastecimento interno do Estado com gêneros alimentícios. O norte do estado converter-se-ia nas décadas seguintes em região produtora e exportadora de gêneros alimentícios para todo o país. (Pereira, 2011, p.05)

⁶ Observação nossa.

Somado a estas preocupações, se tem os problemas de adaptação dos imigrantes que chegaram ao Estado no começo do processo de colonização e foram instalados na Serra, região de Caxias do Sul e Silveira Martins, e na Real Feitoria de Linho e Cânhamo, região de São Leopoldo. Seja por problemas com a terra e/ou de convivências com as demais famílias instaladas, alguns imigrantes das chamadas Colônias Velhas saem de seus assentamentos em busca de novo espaço para viver e produzir.

É neste contexto, reemigrando por conta própria, que chegam as matas da futura Colônia Ijuhy os primeiros imigrantes europeus. Sendo, entretanto, apenas no início de 1890, demandado pela Delegacia de Terras e Colonização, a medição e preparo dos lotes para receber os imigrantes no, então denominado, núcleo de “Ijuí Grande”.

Segundo documento denominado *Códice 196: Mapa estatístico dos imigrantes*, os primeiros imigrantes que foram selecionados para serem assentados em Ijuí chegaram a Porto Alegre no dia 19/11/1890, e em Ijuí no dia 10/01/1891, sendo em sua maioria poloneses.

No final do século XIX o governo do Estado do Rio Grande do Sul centralizou o sistema ferroviário em Porto Alegre, concentrando a exportação via capital e consolidando o poder econômico da policultura. Neste sentido, e com a ampliação da malha ferroviária para a região noroeste, direciona-se o fluxo de imigração para o interior do Estado e firma-se a policultura, que acaba superando gradativamente, em valor comercial, a exportação do charque sulista. Por tais motivos, é possível observar a chegada mais expressiva de imigrantes à região noroeste.

Como dito anteriormente, a fundação oficial da Colônia de Ijuhy deu-se em 19 de outubro de 1890, entretanto, antes do estabelecimento oficial da Sede da Colônia, já haviam sido abertas clareiras onde hoje é a Praça da República, bem como na parte central da Rua do Comércio e adjacências. Segundo Marques e Brum, no dia da fundação oficial “foram fincadas estacas traçando o alinhamento da atual Rua do Comércio e riscando a Linha Base. Foram, também, no mesmo dia, cravadas as estacas para a ponte sobre o Rio da Ponte (o Rio Potiribu)”. (Marque e Brum, 2004, p.132).

Entre os anos de 1890 e 1892, o diretor da Colônia Ijuhy foi o engenheiro José Manoel de Siqueira Couto, segundo Marques e Brum:

[Siqueira Couto]⁷ dirigiu a divisão, a demarcação dos lotes urbanos de rurais, bem como fez a distribuição dos mesmos aos desbravadores da terra que nascia e cuja exuberância e uberdade impressionava e entusiasmava os imigrantes recém chegados de suas pátrias distantes, na esperança de progredir, confiantes que estavam da capacidade de seu esforço construtivo e de generosidade das terras que os acolhia de braços abertos. Inicialmente, 22 pessoas se instalaram na Sede da Colônia, enquanto que umas centenas de famílias, mais ou menos, fixavam-se em pontos diversos do interior, dando origem à varias células humanas que hoje constituem o município de Ijuí. (Marques e Brum, 2004, p.141).

Em 1899, após a Colônia ter sido administrada pelos agrimensores Ernesto Mutzel Filho e Horácio da Silva Lima, assume a direção o engenheiro Dr. Augusto Pestana, conforme Marques e Brum (2004) “o homem certo no lugar certo”. A administração de Augusto Pestana é vista como a mais promissora e efetiva, colocando, em alguns momentos, em questão os diretores anteriores.

Foi durante os 14 anos de administração do engenheiro Augusto Pestana que se deu a construção de pontes, escolas e igrejas, a abertura de estradas de acesso à Colônia, bem como o povoamento de locais mais afastados da Sede implementada. Além das melhorias, no que tange a estrutura física, houve a chegada de mais agricultores, também vindos das “Colônias Velhas”, que auxiliaram a acelerar o ritmo de desenvolvimento. Neste sentido, em 31 de janeiro de 1912 a Colônia Ijuhy é elevada à condição de município pelo Decreto 1814 e o então diretor nomeado Intendente Provisório, até que fosse realizada a indicação de um novo líder político.

Ainda no que tange a administração de Augusto Pestana, e considerando que o nome do Museu a ser apresentado neste trabalho é uma homenagem ao mesmo, é valido trazer uma consideração de Mario Osório Marques e Argemiro Jacob Brum a respeito do mesmo; isso porque, a nosso ver, deixa clara a forma como a sociedade ijuiense se relacionava com as memórias referentes ao então diretor.

⁷ Observação nossa.

Era ilustre o engenheiro civil Dr. Augusto Pestana, de grata e saudosa memória para o ijuiense. Um homem certo no lugar certo. Tinha qualidades para administrar. Homem capaz. Trabalhador incansável. Decidido. Harmonizava a energia e firmeza com a compreensão e bondade. Humano e leal. Responsável. Sincero e devotado. A essas qualidades pessoais aliava idealismo, visão e tino administrativo. Era o homem talhado, o administrador consciente e vigoroso para dirigir a nova Colônia. (Marques e Brum, 2004, p.142)

O engenheiro Doutor Augusto Pestana, reconhecido pela população ijuiense, se manteve como Intendente até 11 de julho de 1912, quando, por indicação, assumiu a administração da Cidade o Coronel Antônio Soares de Barros.

Ao longo do tempo, vários foram os Intendentes e, mais atualmente, Prefeitos que administraram o município de Ijuí. Entretanto, para além das questões gerenciais temos, concomitante ao desenvolvimento da cidade, a construção e efetivação da igreja e toda influencia exercida pela Ordem dos Frades Menores Franciscanos (Capuchinhos).

Os Freis Capuchinhos chegam ao Rio Grande do Sul quando da colonização europeia, em meados de 1896, entretanto, em Ijuí tem-se registro da chegada da Ordem em 1949. Segundo Lazzarotto (1981), entre as décadas de 1950 e 1970 houve uma mudança, efetiva, da policultura para o binômio trigo-soja, neste sentido várias foram as modificações e tensões enfrentadas pelos agricultores e, conseqüentemente, pela sociedade ijuiense. Sendo assim Lazzarotto aponta que a presença dos Freis foi essencial para intercambiar os conflitos e, sobretudo, trazer à comunidade novas formas e possibilidades de vida. Dentre as “novidades” está o foco na educação, os trabalhos manuais e, de forma muito expressiva, os movimentos comunitários.

No começo da década de 1950 dá-se uma mobilização em prol da implementação do ensino superior no município, tal levante é encabeçado pela comunidade juntamente com os Freis Capuchinhos. Surge então, em 1956, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ijuí – FAFI, pioneira na Região. Tal instituição, logo no começo de suas atividades reestrutura sua política pedagógica e passa a trabalhar com um olhar sobre as questões sociais, para ser um espaço de realização coletiva e solidária.

Sendo assim, em 1961 a FAFI cria quatro centros: Centro de Estudos e Pesquisas Filosóficas; Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais; Centro de Estudos e Pesquisas Psicológicas e Centro de Estudos e Pesquisas Sociais; com o intuito de departamentalizar as áreas de atuação da Faculdade. Tais Centros dão origem a Institutos, dentre eles o Instituto Regional de Documentação que contará em seu organograma com o futuro Museu.

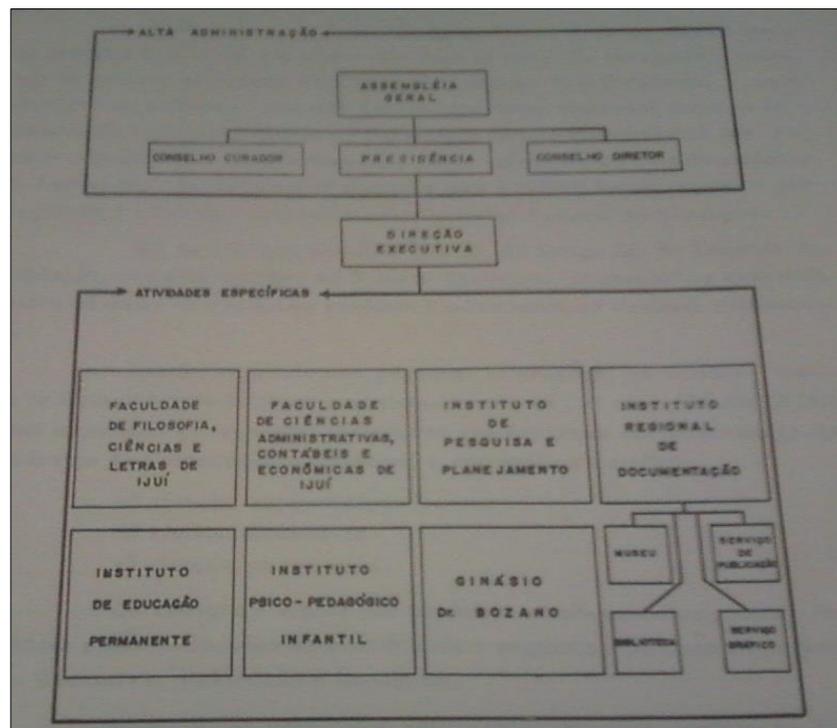


Figura 01: Organograma FAFI e Institutos

Fonte: MADP

Em 1969 os Freis Capuchinhos criam a Fundação de Integração do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – FIDENE, tendo como intuito a criação de uma Universidade Regional. Tal Fundação, de acordo com a ideia dos fundadores, daria suporte legal, patrimonial e econômico-financeiro para o desenvolvimento do ensino superior na região. E é neste sentido que em 1985 a FAFI dá lugar à UNIJUÍ – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, mantida pela Fundação criada pelo Freis Capuchinhos.

É importante citar que quando da organização e implementação de uma Universidade Regional, os órgãos e setores que, de acordo com a visão dos gestores, não estavam de acordo com os objetivos da instituição de ensino, foram

separados em mantidas, ou seja, outras unidades administradas pela FIDENE, mas que não estão acopladas a UNIJUÍ. É neste momento que o Museu passar a ser uma mantida da FIDENE, sem vínculos com a Universidade.

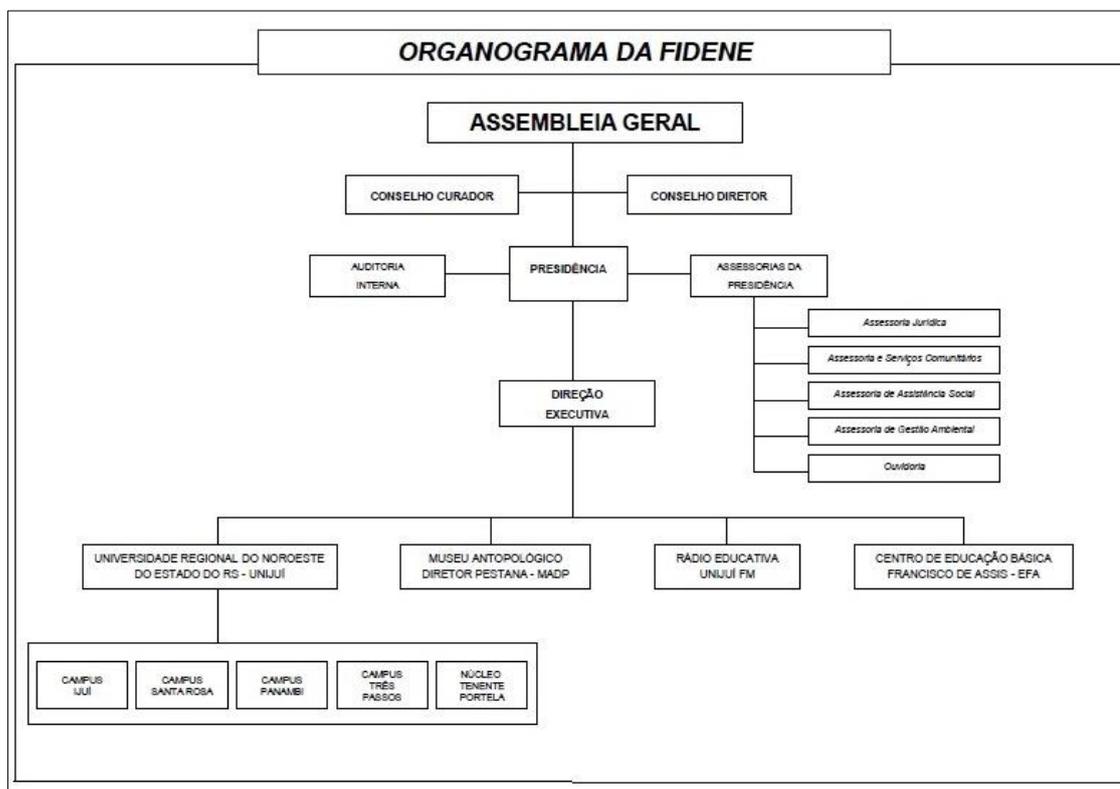


Figura 02: Organograma atual da FIDENE⁸

Fonte: MADP

A nosso ver, conhecer a formação da cidade de Ijuí e como as transformações foram acontecendo ao longo do tempo, é fundamental para que entendamos como o Museu Antropológico Diretor Pestana foi criado.

É possível observar, principalmente na fala dos autores trazidos, que existe uma valorização do imigrante que “se aventurou” em terras novas, bem como a exaltação do Dr. Augusto Pestana e a grande importância dada a presença dos Freis na cidade. Todos estes fatores são determinantes no que tange a tipologia do Museu que é implementado, os acervos que são preservados e as memórias que são formadas.

⁸ Também em anexo. Anexo II.

2.1.2. Surge um Museu Antropológico

Considerando os apontamentos realizados anteriormente, tem-se em 1961 a criação da FAFI que no mesmo ano traz à comunidade ijuiense questões referentes ao Museu.

Segundo Portaria de Criação do Museu (anexo I), de 25 de maio de 1961, cria-se, vinculado ao Centro de Estudos e Pesquisas Sociais, um Museu Antropológico de Ijuí, nomeando-se Martin Fischer como diretor.

Conforme fala de Martin Fischer à Rádio Repórter em junho de 1961, o Museu surge com o intuito de ser um espaço científico, sua tarefa é colecionar e guardar objetos e documentos que tenham relação com a história da Região e os costumes e cultura dos habitantes. O Diretor afirma “juntar tudo que ainda está ao alcance, classifica-lo cientificamente e expô-lo ao público para convencimento geral, eis a tarefa do Museu em organização”.

Todavia, é interessante observar que o Diretor, ao longo de sua fala, preocupa-se em contextualizar o ouvinte sobre o porquê de ser um Museu Antropológico e quais referências orientaram tal decisão, deixando claro que o Museu de Ijuí teve como base o Musée de l’homme, em Paris, e estava sendo criado de acordo com princípios modernos.

Concordando com Marques e Brum (2004), que analisando a fala de Fischer apontam:

Daí, torna-se claro, que o novo museu, por enquanto em organização, quer demonstrar os habitantes da nossa região, os primeiros pioneiros bem como os habitantes de hoje, em relação a sua história, a sua cultura, os seus costumes. O Museu será uma documentação viva da cultura do nosso lavrador e trabalhador rural, do nosso colono, e dos que trabalham no comércio e na indústria e, outrossim, será uma documentação viva da organização administrativa, da vida espiritual e social: em suma, uma síntese geral da evolução da nossa região pela mão do nosso homem, do homem serrano, principalmente do homem ijuiense. (Marques e Brum, 2004, p.218)

Entretanto, observando as colocações de Callai (2002) percebemos que o Museu é organizado em um período, histórico e político, de transformações nacionais. O autor afirma que “o Brasil vivia a explosão do novo”, “modernização da

agricultura regional, construção de Brasília, renovação das artes brasileiras”, ou seja, enquanto tudo levava a sociedade a vislumbrar o futuro um museu estava sendo criado. Neste ponto questionamos: Por quê? Segundo Callai “Um pouco ao modo da antropofagia proposta pelos modernistas de 1922, o que o novo museu propunha era o desafio de a comunidade regional reconhecer-se enquanto expressão diversa de uma experiência que por certo é parte da cultura e sociedade brasileira, mas nelas não se dilui como algo amorfo, indefinido” (Callai, 2002, p.38).

E é neste viés, para que o município possua um espaço de salvaguarda e assim a memória não se perca, que se cria o Museu Antropológico Diretor Pestana.

No que tange o espaço físico destinado para o Museu, em um primeiro momento a instituição é organizada em um prédio alugado localizado no Centro da cidade. E no acervo, que iniciou-se pela doação dos artefatos arqueológicos coletados por Martin Fischer, foram incorporados objetos e documentos doados pela comunidade.



Figura 03: Primeira Sede do Museu, 1962.

Fonte: MADP

O Museu permanece no espaço alugado até meados de 1972, quando é transferido para o Prédio da Sede Acadêmica da FAFI. Segundo depoimentos de funcionários, neste novo local o espaço era bem menor e, basicamente, destinado à exposição. Porém, é importante esclarecer que em 1968 foi lançada a Pedra Fundamental para construção de uma Sede própria para o Museu, ficando a instituição na Sede Acadêmica até que os módulos do novo prédio fossem sendo construídos e liberados para uso.



Figura 04: Lançamento da Pedra Fundamental, para construção do Museu, no Bosque do Seminário São Geraldo, realizado no dia 22.05.1968 por ocasião das comemorações do Centenário de Augusto Pestana.

Fonte: MADP



Figura 05: Aspecto da Seção do Imigrante, do MADP, localizado no 4º piso da Sede Acadêmica. Exposição de Longa Duração, 1971
Fonte: MADP



Figura 06: Seção Imigrante do Museu, quando localizado no 2º piso da Sede Acadêmica. Exposição de Longa Duração, 1972
Fonte: MADP

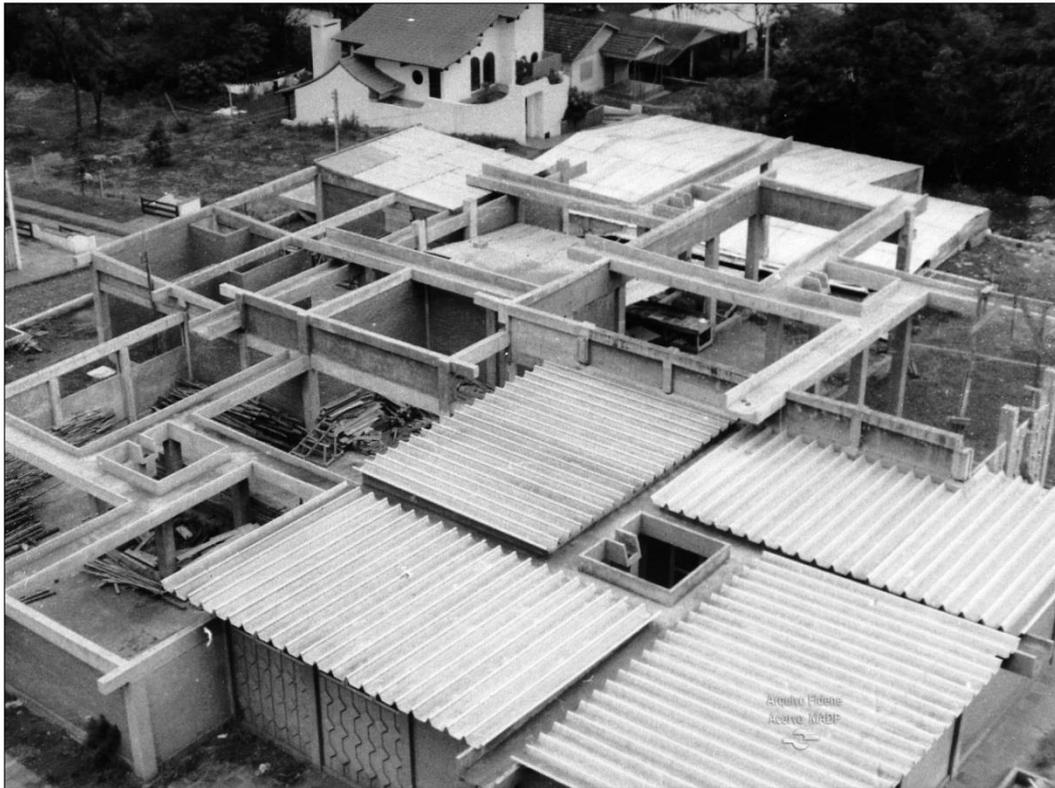


Figura 07: Construção da Sede do Museu, 1979
Fonte: MADP



Figura 08: Inauguração do primeiro Módulo do Museu, 1976.
Fonte: MADP



Figura 09: Inauguração do segundo Módulo do Museu, 1981

Fonte: MADP

Do lançamento da Pedra Fundamental, em 22 de maio de 1968, até à conclusão da Sede, em 13 de junho de 1997, transcorreram 29 anos. Durante este período o acervo da instituição foi sendo aumentado com doações da comunidade, doação essa que em sua maioria foi incentivada pelo Programa Radiofônico “Nossas Coisas: Nossa Gente”, que solicitava à população que levasse ao Museu tudo que não quisesse mais.

No que tange o recebimento e trabalho com o acervo, o diretor do Museu apontava, em sua entrevista a Rádio Repórter, que: “é essencial e de máxima importância, classificar este material e expô-lo de modo que ofereça um quadro sinóptico. Qualquer trapagem é deslocada. É mister criar várias sessões bem separadas, dentro das quais os objetos expostos se apresentem ao visitante do museu, sem o desconcentrar”. (Marques e Brum, 2004, p.218)

Entretanto, como veremos no Capítulo III, tal apontamento não foi efetuado da forma imaginada por Fischer, uma vez que atualmente a instituição desconhece a totalidade e realidade de seu acervo.

É importante citar que, além de se tornar um espaço de pesquisa e ensino, o Museu tornou-se uma instituição conhecida como pioneira por salvaguardar em espaço único tanto o acervo documental, iconográfico, arqueológico, etnográfico e dimensional; além disso, foi a primeira instituição museológica da região a participar de eventos nacionais e internacionais. Segundo Preissler (2002):

Apesar de muitos desafios a serem superados, grandes conquistas foram realizadas contribuindo para divulgar e projetar não só o Museu, mas Ijuí, como: a conquista do primeiro lugar, quando da participação na 1ª Mostra Museológica Brasileira realizada em Santos/SP, quando o MADP foi escolhido para sediar a Segunda Mostra, que contou com a participação de museus de diferentes estados brasileiros, que acredito ainda, deve estar na memória da professora Maria Helena Abrahão Schorr então, na direção do Museu; o pioneirismo do Museu na realização dos Encontros de Museus do Cone Sul; na integração e qualificação dos museus da região que hoje, compõem a 4ª Região Museológica, por nós coordenada. (MADP, 2002, p.48)



Figura 10: 1º Encontro de Museus Regionais, 1986.

Fonte: MADP



Figura 11: 3º Encontro de Museus do Cone Sul, 1993. Painel: “Museus – Novos Conceitos/Novas Abordagens”.

Fonte: MADP



Figura 12: 2º Encontro Latino Americano de Museus de Antropologia e História do Cone Sul, 1991. Painel: Museu, para quê?

Fonte: MADP

Além do pioneirismo em relação à participação e recepção de encontros importantes para a área dos museus, o MADP, como dito por Preissler, por muitos anos foi coordenador e sede da 4ª Região Museológica do Rio Grande do Sul; foi também a primeira instituição da Região a cadastrar-se no Sistema Estadual de Museus – SEM/RS e estabelecer parcerias para realização de oficinas, bem como assessoria a outras instituições museológicas interessadas.

E é neste sentido que, a nosso ver, o MADP vem cumprindo com os ideais de seus fundadores - tornar-se um espaço de salvaguarda da memória local. Entretanto, principalmente no que tange questões de gestão, podemos perceber que desde a criação do Museu não existem diretrizes firmes, apenas os “sonhos” de seus idealizadores – os Freis Capuchinhos – e a vontade de guardar a história do homem que desbravou aquelas terras.

No Capítulo III trataremos destas questões e, em entrevistas com os três últimos diretores da instituição, tentaremos aferir se, normativamente, existiam diretrizes institucionais.

Desta forma, indo do amplo ao específico, voltamos nosso olhar para as Coleções do Museu e a forma como as mesmas influenciam, ainda hoje, os processos de gestão.

2.2 – Importância das Coleções do Museu

O MADP surge a partir da vontade de “ser lembrado” de uma comunidade, incentivada pelas ideias e ideais dos Freis Capuchinhos. Como dito anteriormente, falar do Museu é também falar da cidade, das pessoas, dos sonhos e projetos de futuro idealizados pelos grupos que ajudaram a construir o município.

Entendemos que a intenção de guardar tudo que fosse possível, todos os documentos, imagens e objetos, é a forma de se manter vivo, lembrado. Criar o Museu aos moldes de um museu europeu, o Musée de l’homme de Paris, almejando, segundo fala de Fischer(1961), não ser dominado pela melancolia da história do passado de uma sociedade que se desfez, mas pelo contrário, ser tomado por um sentimento de continuidade de vida e cultura, é, a nosso ver, a

comprovação de que as memórias não podem ser perdidas, mas sim “sacralizadas”(no entender dos fundadores) e/ou respeitadas (no nosso entender) neste espaço denominado Museu.

Quando percebemos esta realidade, ao ouvir os ex-diretores, ex e atuais funcionários e ler os primeiros textos produzidos sobre a instituição, é possível entender como a instituição chegou até os dias atuais com tantos problemas. Compreendemos que as questões relacionadas principalmente à gestão dos acervos, são reflexos do intuito de tudo guardar.

Além de e tudo guardar, ao longo da pesquisa nos deparamos com a informação de que Martin Fischer, o primeiro diretor do Museu, ao longo de sua vida havia coletado artefatos arqueológicos. Tais materiais estavam guardados com o mesmo, entretanto, não havia mais espaço e muitos cidadãos tinham Fischer como referencia e o solicitavam quando achavam algo em suas propriedades.

Ao percebermos tais questões e, pelo trabalho técnico exercido junto a Divisão de Museologia, saber que a Coleção de Arqueologia é a primeira a ser inserida no novo Museu, bem como constatar que o responsável pelo trabalho com a mesma é o Diretor, corrobora nossa hipótese de que o Museu teve como seu primeiro objetivo salvaguardar a Coleção de Martin Fischer, mesmo tendo havido apelo da comunidade para atenção às doações diversas.

Após o recebimento dos artefatos arqueológicos, existe por parte do Diretor a solicitação, através do Programa Radiofônico “Nossas Coisas Nossa Gente”, de que a comunidade ijuiense traga ao Museu tudo que não for mais de seu interesse, bem como documentos que auxiliem o objetivo da instituição de guardar a história do homem e ser um centro de pesquisa.

Em uma de suas falas no Programa, em 15 de junho de 1961, Martin Fischer explica à sociedade ijuiense como se dará a organização do Museu e quais objetos comporão a exposição, esclarecendo que “já se encontra, nas mãos da direção, material suficiente para encher uma ou duas salas, mas um museu não é uma loja de *bric-à-brac*”. Segundo Marques e Brum (2004), Fischer fala sobre as seções que o Museu irá montar – expográficamente – e sobre os arquivos a serem organizados.

Para explicação melhor, quero oferecer-lhes alguns exemplos: Haverá uma seção em que será exposta a evolução da administração pública....

....n outra seção demonstrar-se-á a colonização da zona....

...n outra seção do museu demonstrar-se-á a evolução do comércio e da indústria...

...outra seção do Museu Antropológico demonstrará o desenvolvimento da vida espiritual de nossa região...

...uma seção será dedicada à vida dos indígenas que eram os primitivos habitantes da nossa zona...

Eis, senhores ouvintes, em traços gerais, o programa de Direção do Museu Antropológico. Claro está que tamanho programa não poderá ser realizado em curto tempo. Passarão vários anos até que se realizará este programa. O início, porém, já está feito, e este início é bem feliz e promissor. (Marques e Brum, 2004, p. 218, 219, 220 e 221)

Neste sentido a sociedade começa a levar ao Museu objetos e documentos, dos mais variados tipos e assuntos, para auxiliar na implementação da instituição. Entendemos que essa construção coletiva é o que, ainda hoje, faz com que os habitantes do município, bem como de outras cidades vizinhas, sintam-se parte do Museu, uma vez que, e podemos observar isso, os mesmos reconhecem os acervos, os nomes dos doadores e a forma como eram utilizados no passado – que no caso de Ijuí nem é tão distante assim.

Segundo Relatório da Fundação de Integração e Desenvolvimento do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, datado de 1975, o Museu organizaria suas coleções, agora pensando na guarda e classificação, nas seguintes seções: Seção de Paleontologia; Seção Indígena; Seção Imigrante; Seção Sociedade Atual e Seção Documentação.

Desta forma oficializa-se o processo de classificação do acervo e iniciam-se as atividades diretamente nas coleções. É neste período, até o início da década de 1980, que se divide o que é documental dos demais acervos, criando os primeiros arquivos, e pensa-se em um espaço só para guarda dos acervos dimensionais, um protótipo de Reserva Técnica. A partir de então, a instituição começa a trabalhar de forma diferenciada, tendo alguns profissionais trabalhando com o acervo dimensional e outros com o acervo documental.

Na Seção Documental são alocados os jornais, livros e documentos, dos mais variados, optando por trabalhar os processos de classificação observando tal Seção como um arquivo. Ao longo dos últimos 30 anos tal Seção transforma-se em Divisão de Arquivos e, além dos documentos que já possuía, recebe a documentação da Prefeitura do município, a documentação da FIDENE, bem como é atualmente responsável pela documentação do Museu.

Por decisão administrativa, após a década de 1970, é resolvido que o acervo iconográfico, composto de áudio e audiovisual, também será trabalhado em uma divisão específica; criou-se assim a Divisão de Imagem e Som. A mesma é responsável pela salvaguarda dos discos em vinil ~~Vinil~~, das fitas cassetes e em VHS, das fotografias analógicas e digitais, dos negativos flexíveis e de vidro, seguindo uma classificação arquivística sendo, na realidade, um braço da Divisão de Arquivos.

É válido citar que não compreendemos o porquê da criação desta Divisão, uma vez que na mesma não estão as demais Coleções Iconográficas, como Pinturas, Gravuras e Xilogravuras que permanecem na Divisão de Museologia. Bem como, acreditamos que os acervos sob a responsabilidade desta divisão estariam melhor salvaguardados se fossem classificados de acordo com as diretrizes para acervos museológicos.

Todavia, após tais colocações, voltamos nosso olhar para os acervos, entendidos pela instituição como “museológicos”, aqueles que ficaram sob a guarda da Divisão de Museologia.

Quando da classificação instituída em 1975, os acervos dimensionais foram divididos em quatro seções. Na Seção Paleontologia foram trabalhados os fósseis animais e vegetais, e os “restos” de sambaquis. A Seção Indígena foi dividida em três subseções: indígena primitivo, indígena jesuítico e indígena atual; na primeira foram classificados os artefatos líticos, na segunda a coleção arqueológica e na terceira cestarias e outros objetos comprados e coletados com grupos que ainda viviam na região. Na Seção Imigrante foram salvaguardados objetos oriundos da imigração. E na Seção Sociedade Atual foram trabalhados os testemunhos materiais da, então, sociedade.

As quatro Seções são organizadas de forma muito semelhante e o local físico de guarda é o mesmo, o que ocasiona muitas dúvidas em relação à classificação. Assim como a Seção de Documentação, ao longo dos 30 anos tais Seções uniram-se e tornaram-se uma Divisão de Museologia, que atualmente é responsável por todo acervo dimensional inserido na instituição, bem como pelas exposições.

No Capítulo III apontaremos a realidade atual da Divisão de Museologia, entretanto, ao longo da realização da pesquisa, podemos perceber outras “heranças” da constituição do acervo que influenciam as atividades institucionais ainda hoje. Martin Fischer, ainda em seu pronunciamento a Rádio Repórter em 1961, diz à população:

Este interesse geral da população é indispensável, porque o museu precisa, para seus fins, da colaboração intensa dos cidadãos da região. Já foram lançados, através da Emissora Rádio Repórter e do Jornal Correio Serrano, apelos aos ijuienses, pedindo a colaboração de cada possuidor de documentos antigos, sejam passaportes, títulos, alvarás, cartas, desenhos ou fotografias, que ele dê ao museu estes documentos bem como objetos antigos de uso doméstico, como antigas mesas, cadeiras, bancos e banquinhos, gamelas, pilões, painéis, copos, cuias e bombas, talheres ou arcas, baús, etc..., mesmo em estado meio arruinado. Há ainda muitas coisas que não se têm mais valor aos que possuem, mas que têm ainda valor para o museu. (Marques e Brum, 2004, p.221,222)

Tal colocação de Fischer é fundamental para que consigamos perceber a forma como o acervo foi constituído, bem como a carga de responsabilidade que o Diretor passa à comunidade.

O Museu, como será apresentado posteriormente, nunca pensou uma política de acervos, isso porque sempre teve o intuito de ser uma instituição que guarda a história do homem da região. Então, como dizer não para algo? Além disso, por ter dividido com a comunidade a responsabilidade pela inicialização do acervo, acredita ser errado dizer que não tem interesse para algum cidadão. Ou seja, ainda atualmente é um Museu que tudo aceita.

Ainda observando a fala de Fischer, entendemos porque em época de final de ano aumenta significativamente o número de doações para a instituição, uma vez que no final do ano ocorre a organização da casa para as festas de natal e ano novo

e muitos objetos, que “não tem [mais]⁹ valor aos que possuem”, são levados ao Museu.

Neste sentido, percebemos também questões relacionadas ao estado de conservação dos materiais que, na maioria das vezes, chegam ao Museu em péssimo estado. Tal questão é presente também nos acervos, não são poucos os casos de infestação por fungos, cupim ou broca, tendo sido feita uma triagem importante na Reserva Técnica para, tentar combater tais agentes de deterioração.

Entendemos que graças ao empenho dos Freis e da comunidade, cria-se e implementa-se um espaço importante de salvaguarda para a memória. Sendo assim, as coleções inseridas no Museu são essenciais para que se cumpra o que projetaram os idealizadores, e por tal motivo são tão significativas. Entretanto, para além de tais questões, podemos perceber o quão determinantes são as atividades em função das coleções e como, diretamente, o desenvolvimento e as mudanças institucionais são direcionadas pelas necessidades das mesmas.

Vindo do macro ao micro, objetivamos ao longo deste primeiro capítulo discorrer acerca da formação de Ijuí e como, a nosso ver, o desenvolvimento do município está intimamente ligado à criação do Museu. Após este primeiro momento, buscamos contextualizar a criação da instituição no cenário local e regional, apontando como tal atividade se deu. E, após localizar a instituição no cenário político, econômico e social, focamos nossa escrita em questões que tangenciam as coleções salvaguardadas no Museu, deixando claro, neste último ponto, que a nós não interessa, para efeito desse estudo, o acervo arquivístico e sim o museológico.

No próximo capítulo trataremos da Fundamentação Teórica em que esta dissertação está firmada, focando nas transformações históricas das instituições museológicas e na forma como questões de gestão estão ligadas a estas mudanças, bem como discorreremos acerca do Plano Museológico, apresentando como o mesmo é apontado na legislação.

⁹ Observação nossa

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Entendemos que os museus existem em razão da formação das coleções. Desde a Idade da Pedra o homem reúne ao redor de si objetos, agrupando-os em determinada ordem (Giraudy, 1990). Porém, é com os Gabinetes de Curiosidades¹⁰, ou Câmaras das Maravilhas dos humanistas do século XVI, que se esboça a primeira forma de controle e cuidados com os acervos, visto que já existiam, muito inicialmente, os processos de aquisição, controle e comunicação, ainda que muito restritos e destinados a quem tivesse algum tipo de relação com os proprietários das coleções.

Após os Gabinetes de Curiosidade vivenciou-se a época das Galerias, estas que geralmente eram encomendadas por monarcas, príncipes e papas para suas residências, tendo como finalidade justapor obras excepcionais para o deslumbramento dos seus visitantes; porém, como nos diz Pomian:

Mas não há só os príncipes: todos aqueles que se situam no alto da hierarquia do poder são levados a desempenhar o mesmo papel; é no quadro de obrigações impostas a cada um pela sua posição que se podem manifestar diferenças individuais, sendo uns mais interessados pela arte, outros pela literatura ou pelas ciências, uns mais tradicionalistas, outros levados a proteger ou a estimular inovações; uns mais parcimoniosos e outros gastando com larguezas o seu dinheiro, etc (Pomian, 1984, p.78)

Mas é no final do século XVIII e início do século XIX, com as conquistas da Revolução Francesa¹¹ e o desenvolvimento do nacionalismo, que surge a ideia de que as riquezas, até então guardadas nos *gabinetes de curiosidades* ou nas *galerias de antiguidades*, deixam de ser propriedade única dos seus donos passando a

¹⁰ Lugares onde se colecionava uma multiplicidade de objetos raros ou curiosos dos três ramos da biologia. Eram locais que expunham curiosidades e achados procedentes de explorações, porém, certas vezes, eram instrumentos tecnicamente avançados, amostras de quadros e pinturas, entre outros. (Extraído de: GIRAUDY, Danièle. O museu e a vida/Danièle Giraudy, Henri Bouilhet; Tradução Jeanne France Filiatre Ferreira da Silva. - Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória; Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro - RS; Belo Horizonte: UFMG, 1990. 100p.).

¹¹ Nome dado ao conjunto de acontecimentos que alteraram o quadro político e social da França. Ela é considerada o acontecimento que deu início à Idade Contemporânea, pois, aboliu a servidão e os direitos feudais, proclamando os princípios universais de "Liberdade, Igualdade e Fraternidade". (Extraído de: <http://www.historiadomundo.com.br/idade-moderna/revolucao-francesa.htm>).

pertencer ao povo, ao menos em tese, ou seja, deixam de ser coleção para tornarem-se patrimônio (Pomian,1984).

É a partir deste momento que se concretiza a necessidade de classificar os acervos e organizá-los de modo sistemático, dentro de espaços destinados a guarda, entretanto, é desde o século XVII que estes movimentos de organização das coleções se iniciam, como aponta Cazelli (2003):

No final do século XVII, inicia-se uma organização mais estruturada das coleções, que passam a ser utilizadas como suportes de demonstração para estudo e difusão. Nesse período os museus de história natural surgem; sendo o primeiro museu de caráter público o Ashmolean Museum, da Universidade de Oxford (Cazelli, 2003, p.86).

Os museus do século XVIII tinham como característica marcante uma ligação estreita com a academia. A educação voltada para o público em geral não era sua principal meta, mas sim contribuir para o crescimento do conhecimento científico por meio da pesquisa (Cazelli, 2003). E é somente no início do século XVIII, quando as capitais europeias já estão constituindo seus complexos de museus - como, o British Museum, o Museu do Louvre e a Pinacoteca -, que as coleções deixam de ser somente um instrumento de prestígio e deleite, como acontecia no século XVI.

De alguma forma, tais coleções tornam-se também instrumento de estudo e confronto; logo, passam a ser colocadas à disposição do público com a finalidade de contribuir com a educação e formação da consciência nacional.

Embora a ideia de entesouramento permitisse por muito tempo (entesouramento entendido como reserva de valor, embora não fosse totalmente excluído do olhar de determinados indivíduos) a iniciativa de apresentação das coleções ao público de forma mais organizada, visando à formação do gosto e do espírito da nação, passa a constituir-se em uma tendência para a consolidação do caráter público do museu. (Valente, 2003, p.28).

As coleções eram advindas do acaso, e há alguns anos que os museus se conscientizaram da necessidade de ordenar suas coleções, porém, não mais em função do “gosto” de seu responsável/coleccionador, ou da raridade e preço de determinado objeto, como se dava nos gabinetes de curiosidade, mas sim a partir de critérios científicos e das necessidades do seu público.

Vindo ao encontro disto, o Conselho Internacional dos Museus – ICOM estabeleceu normas internacionais, e também, outros documentos foram publicados falando acerca deste assunto. Todavia, antes mesmo do ICOM e outros órgãos expõem parâmetros e diretrizes para o fazer museológico, e até mesmo anteriormente a Revolução Francesa, já existiam movimentos, documentos e medidas importantes que favoreciam a dimensão organizacional das coleções, sendo: a Revolução Científica e o livro *Museographia* de 1727.

Indo ao encontro destes, temos num primeiro momento a Revolução Científica, esta que se iniciou na primeira metade do século XVI e estendeu-se até o século XVIII. A mesma muda os conceitos tradicionais pelo domínio da razão (Fernández, 2001). É a partir deste período que a ciência separa-se da Filosofia e passa a ser um conhecimento mais estruturado e prático, desenvolvendo formas empíricas de se constatar os fatos.

A nova concepção racionalista do mundo conduz indefectivelmente ao desenvolvimento da investigação e da crítica; o que juntamente com os descobrimentos das cidades romanas de Herculano e Pompéia desembocará em uma maior valorização das civilizações da antiguidade e em um florescimento mais amplo do colecionismo. (Fernández, 2001, p.55) (tradução nossa)¹²

Cabe citar que até a Idade Média o conhecimento humano estava diretamente ligado à religiosidade. Já a ciência, como dito anteriormente, estava ligada a Filosofia, sendo assim possuía muitas restrições mas, com o florescer de novos pensamentos, permitiu-se uma reformulação no modo de se constatar as coisas, enxergar e investigar o mundo.

A Revolução Científica tornou o conhecimento mais estruturado e prático, absorvendo assim o empirismo como mecanismo para consolidar as constatações. E foi esse período que marcou uma ruptura nas práticas científicas da Idade Média, pois a ciência ganhou novas ferramentas e passou a ser mais aceita (Pomian, 1984).

¹² *La nueva concepción racionalista del mundo conduce indefectiblemente al desarrollo de la investigación y de la crítica; lo que junto con los descubrimientos de las ciudades romanas de Herculano y Pompeya desembocará en una mayor valorización de las civilizaciones de la antigüedad y en un florecimiento más extendido del coleccionismo.* (Fernández, 2001, p.55)

As comprovações empíricas ganharam espaço diminuindo as influências místicas, o conhecimento ganha impulso para ser difundido e o uso da matemática passa a ser fonte para demonstrar a verdade, logo, a Revolução Científica ajudou no desenvolvimento de um método científico mais rigoroso e crítico, sendo assim, trouxe uma dimensão organizacional para as coleções, tornando-se uma das raízes da gestão de museus, sobretudo no que se refere à preservação dos dados, nesse caso, o próprio acervo coletado.

Já o texto *Museographia*, termo em latim, escrito pelo mercador Gaspar F. Neickel de Hamburgo/Alemanha, no ano de 1727, foi o primeiro tratado sobre o tema Museologia, onde com este documento os colecionadores já podiam contar com um guia geral que tratava da classificação dos objetos e dos cuidados que deveriam ter para conservá-los (Valente, 2003). No texto,

eram dados conselhos e normas sobre a exposição dos objetos, a maneira de conservá-los e estudá-los. Um dos exemplo mais ilustrativo se dá em Viena, é a transformação de uma coleção principesca em museu. (Hernández, 1998, p.23) (tradução nossa)¹³

Logo, dava conselhos aos colecionadores sobre como deveriam escolher os espaços expositivos, como conservar os acervos e como organizar as suas coleções, caracterizando-se assim como uma outra raiz da gestão de museus. Porém, é com a Revolução Francesa que isto se concretiza, antes o que era movimento, neste momento da história, torna-se fato, logo, como citado anteriormente, ela traz a institucionalização para os museus, tornando bem público as coleções que até então eram particulares (Pomian, 1984).

Tal historicidade dos museus nos aponta para um amadurecimento dos procedimentos de gestão, mesmo que ainda não amplamente difundido e padronizado.

No século XIX, considerado por alguns autores a 'era dos museus', se dá a criação da maior parte dos museus nacionais na Europa, modelo disseminado em boa parte do mundo (Cândido, 2013). Tal modelo de instituição foi adotado, principalmente, em países emergentes que tinham o interesse de construir nova

¹³ se dan consejos o normas sobre la exposición de los objetos, la manera de conservarlos y su estudio. Uno de los ejemplos más ilustrativos de la transformación de una colección principesca em museo se observa em Viena. (Hernández, 1998, p.23)

referência de nação, tendo acervos ecléticos e amplos, adotando classificações tipológicas (Cândido, 2013).

Outro ponto deveras significativo do século XIX, que se dá principalmente na segunda metade do mesmo e está particularmente ligado à história dos museus norte-americanos, é o incentivo ao mecenato privado. Tal questão é muito presente na atualidade e, diferentemente de seu início, esta disseminada internacionalmente. Segundo Cândido (2013)

Uma série de aspectos que interferem sobremaneira na gestão de museus hoje tem raiz no modelo norte americano de propensão. Senão de rendição do poder público pelo privado, pelo menos de uma alargada colaboração, em todos os sentidos, dos particulares, com a manutenção do patrimônio coletivo. Vem de lá a tradição das grandes fundações privadas que mantêm museus, do uso estendido do voluntariado, da grande aceitação do marketing e da comercialização de imagens do acervo como meio de manutenção da instituição. (Cândido, 2013, p.37)

Percebemos então, que muito do que na atualidade se discute e aponta em relação à gestão dos museus possui raízes na história do desenvolvimento dos mesmos, havendo, isso sim, uma busca por melhorias e aprimoramento dos processos.

Neste sentido temos vivenciado o desenvolvimento de normas, diretrizes e caminhos que devem ser realizados pelos museus, para que haja uma uniformização efetiva de suas ações. Esta padronização nada mais é do que uma forma de organização, que se expõe através da criação de determinações gerais ou regras e são reconhecidas, aceitas e sancionadas pela sociedade ali representada. A nosso ver, é um modo de pensar, sentir e agir que encontramos preestabelecidos num grupo.

Cabe citar que o comportamento humano tem por característica a padronização, isto é, sempre que alguém alcança aquilo que deseja tende a repetir o comportamento adotado em novas situações, assim como tende a ser imitado pelos que o cercam, logo, como consequência, isto leva à padronização, à formação de usos e costumes e enfim, à institucionalização (Geertz, 1978).

Existem inúmeras formas de instituição, elas são organizadas sob o desígnio de regras e normas, e visam à ordenação frente às formas organizacionais, em essência, são as responsáveis pela organização e desenvolvem métodos que aperfeiçoam o desenvolvimento de suas atividades (Conceição, 2002).

Para entender as dinâmicas dos museus, podemos, ao debater com outras áreas da ciência, ver que existem vários tipos de instituição, como por exemplo as instituições políticas - que incluem órgãos e partidos políticos -, as religiosas - que possuem nomes de acordo com a religião, podendo ser chamadas de igreja, templos, sinagogas, entre outros -, as educacionais - escolas e universidades-, entre várias outras.

Entendemos ser válido citar que alguns mecanismos sem uma base física são igualmente considerados instituições, como o casamento, a linguagem, a família, entre outros (Conceição, 2002). Então, voltando-nos para a instituição museu, que é relevante para o nosso trabalho, é importante lembrar que ainda nos dias de hoje o referido termo está vinculado a algo ultrapassado como “velho”, “mofo” e “poeira”. Isto, talvez, se dá pelo fato de o museu ainda estar distanciado da sociedade, ou por ter ficado, historicamente, simbolizando um templo de raridades e curiosidades, assim como nos *gabinetes de curiosidades* e nas *galerias de antiguidades*.

O museu, no desempenho de sua função social, atua atendendo a três linhas conceituais cujos desdobramentos envolvem o conhecimento, o manuseio das coleções e as relações, sendo estas: a aquisição, o processamento e a externalização. O museu, enquanto instituição, atua como agente social e é um local reconhecido como espaço de rememoração, pois interpreta os objetos - trabalhando assim no processo de significação dos mesmos -; institucionaliza a memória - compreendendo a nova contextualização dos bens a partir de uma leitura museológica -, e é um lugar de estudo e comunicação - pois o museu exerce a disseminação da informação -, assim como, segundo Lima (2008), “...configura um dos domínios institucionais que avalia e define a escolha dos bens da memória coletiva”.

Neste sentido, a instituição museu é considerada o terreno de produção, promoção e disseminação da Cultura e da Memória Social, pois é nela que se instauram as práticas e as representações culturais, de forma mais ou menos

institucionalizada. É também o local onde se interpreta a memória que está incorporada aos objetos pertencentes às coleções museológicas.

Porém, assim como nas demais formas de instituição, os museus também contam com formas de organização, ou seja, contam com diretrizes, normas e caminhos que buscam uma padronização das suas ações. Eles também têm determinações gerais e regras que regem seu comportamento e esses procedimentos são conhecidos pelos profissionais através de publicações em várias mídias, e na maior parte das vezes, são aceitos pelos mesmos.

Tais publicações indicam o modo de pensar, sentir e agir, como citado anteriormente, estabelecendo assim sistemas comuns para estas instituições. Dentre elas, considerando a realidade brasileira, estão: *Thesaurus para Acervos Museológicos*, *Museu: Aquisição e Documentação*, as coleções *Museologia Roteiros Práticos* e *MAST Colloquia*, os cadernos *Tópicos em Conservação Preventiva* e, nos últimos anos, a *Coleção do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM*.

Entretanto, pensando na gestão das instituições museológicas, temos muito pouco material publicado no Brasil, tendo que recorrer a produção de Portugal, Espanha e Canadá. O que, a nosso ver, em muitos casos, faz com que os museus e seus profissionais não tenham acesso pelo desconhecimento das línguas de origem e pelo elevado custo aplicado ao preço de tais publicações.

Mas, para além de bibliografias produzidas em função da gestão de instituições museológicas, e voltando nosso olhar para a normatização das ações institucionais, em 14 Janeiro de 2009 é feito saber, após decretada e sancionada, a Lei 11.904 que Institui o Estatuto Brasileiro de Museus. Lei que, basicamente, orienta a elaboração desta pesquisa.

Todavia, a Lei 11.904/2009 não é a primeira lei nacional a, de alguma forma, organizar e padronizar as ações efetuadas nas instituições museológicas.

Tem-se a Lei nº7.287/1984 que Regulamenta a Profissão de Museólogo, e que expõe ações que devem ser realizadas dentro dos museus por tais profissionais. No Art.3º(V, VI e VII) define que o profissional de museu deve: “coletar, conservar, preservar e divulgar, assim como planejar e executar a identificação e

classificação dos bens, e por fim, promover estudos e pesquisas para com os mesmos”.

Além desta Lei temos o Decreto nº5. 264/2004 que Institui o Sistema Brasileiro de Museus. Tal documento, entre outros pontos, determina a finalidade do Sistema e, no Art.1º(IV), fala sobre o desenvolvimento de ações voltadas para aquisição, documentação, conservação, pesquisa e difusão. Contém, ainda neste artigo, um Parágrafo Único onde aponta que “caberá ao Ministério da Cultura coordenar o Sistema Brasileiro de Museus, fixar diretrizes, estabelecer orientação normativa e supervisão técnica para o exercício das atividades sistematizadas...”.

Neste sentido caminhamos ao encontro da Lei que delinea esta dissertação, pois, entre 2004 e 2009, mesmo com todo o desenvolvimento direcionado para o campo dos museus e da museologia, nenhuma outra legislação específica foi criada.

Sendo assim, em 2009 apresenta-se aos profissionais e aos museus brasileiros a Lei nº11.904, que institui o Estatuto dos Museus, apontando, logo de começo e em parágrafo único que: “Enquadrar-se-ão nesta Lei as instituições e os processos museológicos voltados para o trabalho com o patrimônio cultural e o território visando ao desenvolvimento cultural e socioeconômico e à participação das comunidades”. Deixando claro, a nosso ver, que as instituições museológicas devem ser construídas e mantidas considerando a participação de todos.

Ainda considerando a Lei, no Capítulo II, Art.8º, esclarece que a criação e extinção de museus somente serão efetivadas por meio de documento público. E, ainda no Capítulo II, porém, Seção II, Art.19º define que todo o museu deverá dispor de instalações adequadas ao cumprimento das funções necessárias.

No Art.20º afirma que a direção do museu, para assegurar seu bom funcionamento, deve cumprir o Plano Museológico, bem como planejar, coordenar e executar um plano anual de atividades. Já na Subseção I (Seção II do Capítulo II) Art.21º informa que os museus devem garantir a conservação e segurança dos acervos; Art.23º diz que os museus devem dispor de condições de segurança garantindo a proteção e integridade dos bens, usuários, funcionários e instalações, e em Parágrafo Único diz que *“cada museu deve dispor de um Programa de Segurança periodicamente testado para prevenir e neutralizar perigos.”*

Na Subseção II (Seção II do Capítulo II) que fala acerca do estudo, da pesquisa e da ação educativa, determina que os museus devem promover estudo de público e ações educativas. E neste sentido, indo ao encontro das normas direcionadas aos acervos, chegamos à Subseção IV (Seção II do Capítulo II) esta direcionada aos acervos dos museus, onde fala-nos, no Art. 39º que é obrigação do museu manter a documentação atualizada, assim como registrada e inventariada.

Ou seja, ao longo da escrita a legislação vai apontando quais são as condições necessárias para que as instituições museológicas cumpram com suas atividades.

Deste modo, chegamos a Seção III, que traz questões referentes ao Plano Museológico, os artigos em que o Plano está citado são: 44º, 45º, 46º e 47º, e logo no Art.44º a lei deixa claro que “É dever dos museus elaborar e implementar o Plano Museológico”. Este apontamento, a nosso ver, tem sido o que mais preocupa as instituições museológicas na atualidade, isso porque mais adiante, no Art.67º, a lei esclarece que os museus tem um prazo de cinco anos para se adequarem a legislação, tanto no que tange estrutura e recursos, bem como ordenamento.

O Art.45º, muito sucintamente, conceitua o que é o Plano Museológico, afirmando que o mesmo é uma ferramenta básica de planejamento estratégico, sendo indispensável para que seja compreendida a vocação da instituição. Ou seja, o Plano não pode estar descolado dos documentos básicos de criação do Museu: Ato de Criação, Regimento Interno, Organograma, visto que a ferramenta - Plano Museológico - deve estar em consonância com os objetivos primordiais da instituição.

Já no Art.46º estão indicados alguns pontos a serem considerados para a realização do Plano, sendo os mesmos: a) um Diagnóstico Participativo; b) identificação dos espaços e dos conjuntos patrimoniais sob a guarda do museu (quando houver); c) identificação dos públicos. Além destes são apontados os Programas indicados para o desenvolvimento do Plano, sendo: a) institucional; b) gestão de pessoas; c) acervos; d) exposição; e) educativo e cultural; f) pesquisa; g) arquitetônico e urbanístico; h) seguranças; i) financiamento e fomento; j) comunicação. A lei ainda ressalta a necessidade de elaboração participativa de tal documento e o caráter interdisciplinar dos Programas. Tal artigo, a nosso ver, dá a

base para o desenvolvimento do Plano, entretanto, faltam explicações a respeito, o que confunde e dificulta o desenvolvimento dos pontos.

E, finalmente, o Art.47º esclarece que após a realização do Diagnóstico e do desenvolvimento dos Programas, devem ser realizados Projetos Específicos que venham sanar as melhorias necessárias ao Museu. Deixando claro que as ações devem ser bem descritas, planejadas e possuírem cronograma de execução, bem como a implementação deve passar por avaliações permanentes. Neste sentido deve haver um comprometimento da instituição com tal ferramenta, uma vez que o ideal é rever o Plano a cada cinco anos, no mínimo.

Após entendermos as transformações que ocorrem com as instituições de memória ao longo do tempo e, principalmente, como as coleções são o centro destas mudanças, podemos perceber a forma como os processos de gestão estão, a seu modo, diretamente ligados a todas estas ações. Neste sentido ao conhecermos e, neste trabalho apontarmos, as questões relativas à história dos museus, podemos compreender como a instituição museu se estabelece e por qual motivo ocorrem atividades de padronização do fazer museológico.

No que tange esta padronização, e focando nossa análise nas Leis nacionais que regem as atividades em museus, dedicamos atenção à Lei 11.904, que é a base para elaboração desta pesquisa. Corroborando que a mesma, na atualidade, é o marco maior no que tange a gestão das instituições museológicas.

Sendo assim, voltamos nosso olhar para o Museu Antropológico Diretor Pestana e, no próximo capítulo, trataremos da elaboração de uma proposta de Plano Museológico para o mesmo considerando os pontos expostos anteriormente.

CAPÍTULO III – PLANO MUSEOLÓGICO DO MADP

O presente capítulo apresentará o produto da dissertação, uma proposta de Plano Museológico para o Museu Antropológico Diretor Pestana.

Conforme explicitado anteriormente, tal Plano é uma ferramenta em prol da boa gestão dos Museus na atualidade, sendo assim, propor o mesmo torna-se um desafio. Afinal, conhecer a instituição e, a partir do Diagnóstico, reconhecer suas potencialidades e fragilidades, bem como desenvolver os pontos apresentados pela Lei 11.904/2009, nos coloca em debate constante com a história institucional e com as demandas atuais da sociedade a qual o Museu serve.

Para além da apresentação do Plano Museológico, buscou-se a reflexão a cerca da realidade institucional e o apontamento de resoluções possíveis de serem efetivadas, uma vez que, por conhecermos a instituição intimamente, compreendemos a falta da visão de gestão museológica a qual o museu esta submetido.

Tal proposta de Plano, como será melhor explicado posteriormente, baseou-se em um modelo utilizado por alguns museus do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM).

4.1 – Proposta de Plano Museológico para o Museu Antropológico Diretor Pestana

É importante frisar que esta é uma proposta de Plano Museológico para o Museu Antropológico Diretor Pestana.

Isso porque, quando da nossa contratação, em 2010, para atuarmos como Museóloga na instituição, dentre as várias questões feitas pela banca de seleção a principal foi: Você sabe fazer um Plano Museológico? esta é nossa principal demanda. A partir deste apontamento e após ter reconhecido a instituição, nos foi sempre latente a necessidade de elaboração deste documento. Entretanto, mesmo com algumas tentativas, podemos perceber que o Museu não entende o que é um Plano e qual a finalidade do mesmo.

Neste sentido, após algumas tentativas de iniciar tal processo, percebemos que a instituição busca cumprir a Lei, mas sem que sejam levantados problemas, o que, considerando a realidade institucional e os motivos pelos quais se elabora um Plano, é praticamente impossível, visto que muitas são as necessidades do Museu.

Além desta questão podemos observar, como citado anteriormente, que a mantenedora não entende as responsabilidades e necessidades de uma instituição museológica, considerando o mesmo uma pequena empresa e determinando que realize ações de planejamento e orçamento totalmente ligados, e fechados, a questões administrativas que não se aplicam totalmente.

Para além do administrativo, o Museu está organizado em três Divisões: Museologia, Imagem & Som e Arquivo, o que gera problemas com questões técnicas, visto que administrativamente existe, permanentemente, a dúvida de quais diretrizes seguir: as museológicas ou as arquivísticas. Muitas vezes existindo conflito interno.

Tais questões sempre nos preocuparam. Mas, como enquanto museóloga do Museu não conseguimos elaborar o documento, percebemos a possibilidade de, com um olhar de quem está fora da instituição mas conhece os problemas que lá ocorrem, utilizar tais questões como problema para a pesquisa e assim elaborar o Plano e discutir a cerca do que pode ocorrer quando não existe gestão nas instituições museológicas.

O presente documento foi elaborado por Luciana Silveira Cardoso, museóloga, mestranda no Programa de Pós Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria/RS, sob orientação da Prof^a Dr^a Heloisa Helena Fernandes Gonçalves da Costa.

Para a elaboração desta proposta utilizou-se como referência, tornando-se a base estrutural para tal documento, o Plano Museológico do Museu Casa da Princesa (Pilar de Goiás – GO), apresentado ao Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) em cumprimento a Lei 11.904/2009.

O proposto Plano Museológico do Museu Antropológico Diretor Pestana está dividido em 02 Fases:

Fase 1 - Definição da Instituição e diagnóstico situacional, de acordo com os programas apontados na Lei 11.904/2009;

Fase 2 - Estabelecimento dos Programas de gestão da instituição, novamente de acordo com a Lei 11.904/2009.

As atividades de reestruturação institucional não estão propostas neste Plano, uma vez que entendemos ser esta uma responsabilidade da equipe da instituição que conhece, verdadeiramente, as possibilidades de realização.

Apresentação do Produto

Proposta de Plano Museológico para o
Museu Antropológico Diretor Pestana

4.1.1 – Definição da instituição

1. Histórico do Museu Antropológico Diretor Pestana¹⁴

O Museu Antropológico Diretor Pestana, mantido pela Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado – Fidene, foi criado em 25 de maio de 1961, junto ao Centro de Estudos e Pesquisas Sociais da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ijuí – FAFI com o objetivo de resgatar e preservar a memória regional, promover a cultura, a educação e o lazer.

Constituir-se em “síntese da evolução da região pela mão do nosso homem...” era, segundo seus fundadores, o objetivo a ser perseguido. Buscando concretizar este objetivo o Museu preserva tanto documentos textuais/bibliográficos e iconográficos como museais, permitindo assim, o resgate e a preservação da memória de forma globalizada, bem como a disponibilização do acervo aos pesquisadores.

2. Missão, Visão, Propósito, Princípios e Objetivos do Museu Antropológico Diretor Pestana¹⁵

2.1. Missão do MADP

Constituir programas museológicos e documentais, com características antropológicas, que contribuam para a melhoria do processo educacional e cultural na Região.

2.2. Visão do MADP

Constituir-se em Centro Museológico e Documental pela preservação da memória, promoção da cultura, da educação e do lazer na região Noroeste do RS.

¹⁴ Texto retirado do site do Museu em 05/05/2014.

¹⁵ Informações coletadas no Plano de Desenvolvimento Institucional da FIDENE.

2.3. Propósito do MADP

Preservar e divulgar a memória cultural da região noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, possibilitando a realização de estudos e pesquisas.

2.4. Princípios do MADP

- a) Excelência na atuação;
- b) Integração com a comunidade institucional e regional;
- c) Respeito a diversidade cultural;
- d) Valorização do patrimônio antropológico regional;
- e) Manutenção compartilhada – pública, institucional e privada;
- f) Participação nos sistemas estadual e nacional de museus.

2.5. Objetivos do MADP

- a) Fortalecer o Museu como referência na área museológica;
- b) Fortalecer e ampliar as parcerias e a integração com a comunidade, do âmbito local e nacional;
- c) Atualizar, qualificar e disponibilizar o acervo museal e documental;
- d) Qualificar o processamento técnico do acervo promovendo sua informatização;
- e) Realizar, em parceria com as demais mantidas, pesquisas e atividades sócio-histórico-cultural;
- f) Elaborar um plano de marketing com vistas a intensificar ações de valorização do Museu;
- g) Dar continuidade à busca de recursos financeiros para sua manutenção e para o desenvolvimento de suas atividades;
- h) Adequar a infra-estrutura e possibilitar melhores condições de trabalho;

- i) Ampliar a área física para atender novas demandas na área de documentação e exposição;
- j) Implantar o Laboratório de Conservação e Restauro;
- k) Ampliar e diversificar formas de prestação de serviços;
- l) Adequar e qualificar o quadro funcional.



Figura 13: Fachada do Museu Antropológico Diretor Pestana
Fonte: Arquivo MADP

4.1.2 – Diagnóstico Situacional

1 - Institucional

O Museu Antropológico Diretor Pestana (MADP) é uma instituição museológica pertencente à Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (FIDENE).

a) Dispositivos institucionais de organização e gestão

O MADP possui Regimento Interno, entretanto o mesmo encontra-se desatualizado, bem como o Museu está incluído nos Planos de

Desenvolvimento Institucional da FIDENE (Plano Decenal 2006 – 2015 e Plano Plurianual 2006 – 2010).

b) Organograma

O Museu possui organograma, entretanto não há definição de cargos para execução das atividades de gestão, pesquisa, preservação e divulgação dos acervos.

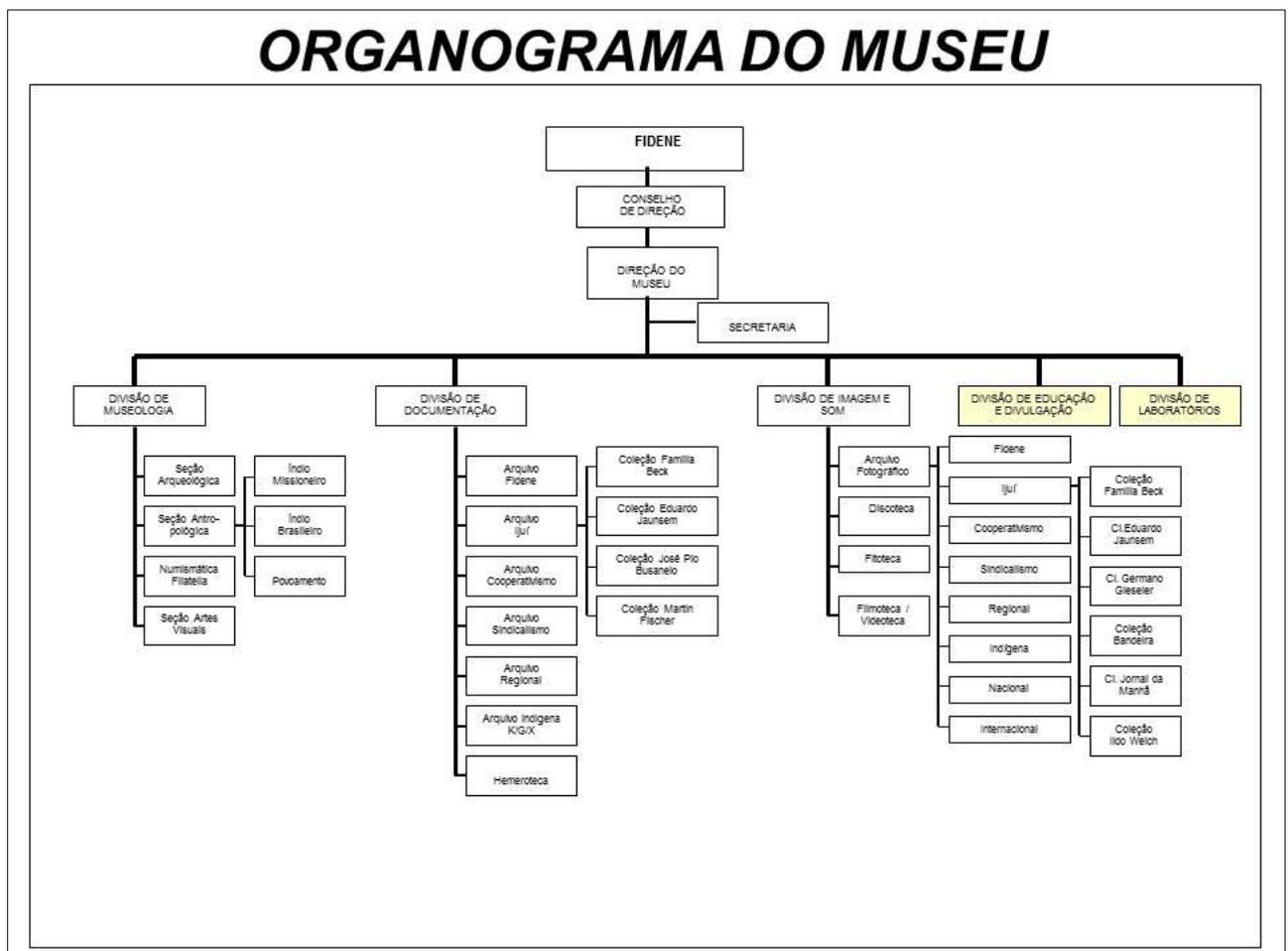


Figura 14: Organograma, última versão.

Fonte: MADP

c) Quadro funcional

- 01 administradora, que exerce a função de diretora;
- 01 jornalista, que exerce a função de secretária;

01 estudante de nutrição, que exerce a função de secretária e recepcionista;
01 historiadora, que exerce a função de educadora;
02 arquivistas;
01 pedagoga, que exerce a função de auxiliar de pesquisa;
01 estudante de pedagogia, que exerce a função de auxiliar de pesquisa;
01 museólogo;
01 auxiliar de serviços gerais;
01 estagiário, estudante de pedagogia.

d) Associação de Amigos

Possui a Associação de Amigos do Museu Antropológico Diretor Pestana (AAMADP), criada em 1983.

2 – Gestão de Pessoas

a) Capacitação

O MADP, mesmo possuindo representativo corpo técnico, não possui, além do museólogo, outro profissional que possua formação complementar em área ligada a tipologia institucional, antropologia, ou em subáreas relacionadas à museologia.

Em sua maioria, não considerando os funcionários que são estudantes de graduação, a equipe da instituição se graduou entre as décadas de 80 e 90, não realizando qualquer tipo de formação complementar.

Capacitação esta que parece não ter apoio institucional.

3 – Acervo

O acervo museológico do MADP é formado por quatro Seções: Arqueologia, Antropologia, Artes Visuais e Numismática/Filatelia.

Quanto ao acervo arqueológico, no ano de 2000, cumprindo exigência do IPHAN, foi elaborado um inventário apontando a existência de 24.217 artefatos, entre lítico, cerâmica e osso, nesta coleção.

O acervo antropológico, diferentemente das demais coleções, é subdividido em três grupos: Índio, Missões e Povoamento, tendo a missão de salvaguardar os acervos referentes ao homem de Ijuí e Região. Tal coleção, composta por material referente aos Índios desde o período missioneiro até os dias atuais, à colonização, imigração, grupos étnicos, história, religião e cultura regional, estava, quando realizada a visita, em processo de levantamento, reconhecimento, identificação, numeração e acondicionamento, não existindo o cálculo exato de acervos, estimando superficialmente em 4.541 objetos.

O acervo de artes visuais, assim como os de numismática e filatelia, não foram trabalhados ao longo da existência do Museu, passando inclusive por processos de mudança de seção e até mesmo descarte, sem avaliação prévia. Neste sentido não é possível estimar o número de acervos salvaguardados nas coleções.

a) Gestão e controle do acervo

O acervo da instituição esta dividido em seções e assim foi gerido ao longo do tempo.

A Seção Arqueológica foi inventariada em 2000, numa parceria da instituição com a Fundação de Apoio a Tecnologia e Ciência (FATEC) – Santa Maria, para cumprir solicitação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Sendo esta a única ação realizada, até então, com a referida seção.

A Seção Antropológica, como explicitada anteriormente, esta subdividida em Índio, Missões e Povoamento. Mesmo estando documentadas tendo como base a mesma ficha catalográfica, cada subseção possui inventário e numeração específica (AI, AM e AP), além disso, após decisão da equipe por utilizar tais distinções, nenhum novo trabalho foi realizado com as subseções AI e AM. Sendo apenas entre 2011 e 2013 o começo do levantamento, higienização e acondicionamento da subseção AP, que não foi finalizado.

As seções Artes Visuais e Numismática/Filatelia praticamente não sofreram nenhuma ação de gestão ao longo dos 52 anos do Museu. Como dito anteriormente, o acervo de artes visuais por algum tempo esteve inserido na subseção AP, sendo criada uma seção específica que

nunca foi trabalhada. Sobre os acervos de numismática e filatelia, entre os anos de 2004 e 2006 houve, por parte da então museóloga da instituição, o reconhecimento e começo da organização da coleção, entretanto com a saída da profissional e a falta de conhecimento específico dos demais profissionais, a gestão deste acervo ficou parada. Para além das ações direcionadas as seções, o MADP não possui Política de Aquisição de Acervo e Política de Descarte de Acervos, estando tais atividades sob responsabilidade do responsável técnico pelo acervo – o museólogo. Entretanto, a instituição possui Carta de Doação para todos os acervos inseridos nas coleções.

Ainda no que tange a gestão de acervos, e neste caso influenciando a fruição, o Museu não possui levantamento fotográfico do acervo, livro tomo e banco de dados. Em alguns casos, a ficha catalográfica não foi totalmente preenchida, faltando identificações básicas, tais como: doador, data de doação, descrição e localização.

b) Armazenamento e conservação

Cerca de 20% do acervo da instituição esta em exposição, ficando a maior parte das coleções acondicionadas em Reserva Técnica.

A sala de exposição possui vitrines chaveadas, pensando na segurança do acervo, e nove climatizadores, objetivando o controle de temperatura e umidade. Para o controle climatológico, o MADP conta ainda com o Sistema CLIMUS que informa, via sensores locais e um sistema de informática, a temperatura e a umidade em cada ponto.

Entretanto, as vitrines além das chaves não possuem nenhum outro tipo de segurança, dentre os climatizadores instalados apenas quatro estão funcionamento e um dos sensores do sistema não esta calibrado, sendo assim, é muito difícil manter o controle climatológico da sala de exposição, bem como garantir a segurança dos acervos.

No que tange a Reserva Técnica, esta em funcionamento um climatizador de alta potencia e também sensores de Sistema CLIMUS. Além disso, grande parte do acervo esta acondicionado em armário deslizante/armário em módulo e os objetos de maior tamanho encontram-se dispostos no ambiente, estando ainda alguns acervos

aconicionados dentro de armários de madeira. A priori a Reserva Técnica é o local mais seguro para a guarda das coleções, entretanto o acesso a mesma não é controlado, havendo porta de acesso a uma sala intermediária que se liga ao ambiente externo, fator este que também influencia o controle de temperatura e umidade do ambiente.



Figura 15: Reserva Técnica
Fonte: Autora, 2013



Figura 16: Reserva Técnica
Fonte: Autora, 2013



Figura 17: Reserva Técnica
Fonte: Autora, 2013



Figura 18: Reserva Técnica
Fonte: Autora, 2013



Figura 19: Exposição Longa Duração
Fonte: Autora, 2013



Figura 20: Exposição Longa Duração
Fonte: Autora, 2013



Figura 21: Exposição Longa Duração
Fonte: Autora, 2013



Figura 22: Exposição Longa Duração
Fonte: Autora, 2013

4 – Exposição, Educação, Pesquisa e Difusão.

a) Exposições

O Museu possui uma exposição de longa duração que está montada há cerca de 20 anos, passando apenas por processos de trocas de acervos pontuais e por atividades de higienização e organização esporadicamente.

Além da mesma, o MADP possui uma espécie de calendário anual onde estão planejados os assuntos das exposições temporárias. Nos últimos anos as atividades propostas têm sido: mês de março o tema é mulheres; abril o tema é índio; agosto e setembro o tema é folclore e

tradição gaúcha; outubro o tema é criança. Existindo ainda uma exposição para contemplar o projeto “Conhecer para Preservar”, parceria do MADP com o Departamento de Biologia e Química da Universidade do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí), entre os meses de junho e julho, e uma exposição de final de ano objetivando o turismo.

O Museu planeja também exposições itinerantes, que costumam tratar de questões indígenas ou regionais, e circulam nos municípios vizinhos.



Figura 23: Espaço Ijuí Hoje

Fonte: Autora, 2013



Figura 24: Espaço Ijuí Hoje

Fonte: Autora, 2013

b) Educação

As atividades educativas propostas pelo MADP costumam estar associadas à exposição temporária vigente, inclusive esta é uma das justificativas para um planejamento tão intenso de exposições de curta duração.

As ações costumam ser visitas mediadas, exibição de filmes e/ou documentários, oficinas e palestras.

Na ausência de exposições temporárias, o Museu oferece ao visitante/escola apenas a visita mediada e horário de atendimento diferenciado.

c) Pesquisa

Muito poucas são as pesquisas realizadas no acervo do Museu. Aumentando a procura quando a instituição estabelece parceria com Departamentos/Professores da Unijuí que incluem a visita e a pesquisa a seus planos de disciplinas, criando uma responsabilidade do aluno com a mesma.

Além desta forma de pesquisa, na maioria das vezes direcionada, existe, muito pontualmente, a procura por pesquisadores que trabalham com arqueologia e escolares em buscar de curiosidades e/ou da história do município.

Outra frente necessária, a pesquisa de público, é realizada de forma mais quantitativa, objetivando o número de visitantes para inclusão em relatórios e gráficos mensais.

Ainda pensando a pesquisa, a instituição possui a Coleção Bibliográfica Museu Antropológico Diretor Pestana, que “visa oportunizar a estudiosos e pesquisadores o acesso à rica documentação constante de objetos e escritos que atestam a presença do homem na região Noroeste do Rio Grande do Sul, indígenas, imigrantes europeus e africanos¹⁶”.

d) Difusão

No que tange a difusão, o MADP possui site institucional, informativo, denominado Kema, que é disponibilizado bimestralmente, divulgação através do email institucional, publicações, em sua maioria livros relacionados a história do município e as coleções salvaguardadas na instituição, folder e panfleto.

Entretanto, a atualização do site acontece esporadicamente, ficando longos períodos sem novas informações, novas publicações a muito não são lançadas, não ocorrendo sequer reedições e o folder é antigo, trazendo informações equivocadas ao público.

¹⁶ Tal descrição esta na contracapa de todos os livros publicados pela Coleção.

O informático Kema é uma ótima ferramenta de difusão, bem como os convites e informações enviados do email institucional. O que torna estas duas ferramentas as únicas que, na realidade, auxiliam na difusão do Museu.



Figura 25: Site do Museu

Fonte: <http://www.unijui.edu.br/museu>, julho, 2014.



Figura 26: Informativo KEMA

Fonte: <http://www.unijui.edu.br/museu>,



Figura 27: Informativo KEMA

Fonte: <http://www.unijui.edu.br/museu>.

5 - Espaço físico e instalações

Imóvel próprio, construído com a finalidade de ser Museu.

a) Área total do MADP

1.618 m²

b) Espaços existentes

O museu possui dois pavimentos, andar térreo e subsolo. No subsolo estão localizados: o auditório, com acomodações para 50 pessoas sentadas, equipamentos de projeção, áudio e vídeo; sala de exposições temporárias e rol de entrada – uma pequena recepção.

No andar térreo estão localizados: sala da exposição de longa duração; reserva técnica, salas de trabalho – divisão de museologia, divisão de imagem e som, divisão de documentação, direção e secretaria –, arquivos Fidene, Ijuí, Regional, Sindicalismo, Cooperativismo, Kaingang/Guarani/Xetá, sonoro e iconográfico, laboratório de reprodução fotográfica, sala de pesquisa, quatro banheiros, cozinha, sala de oficinas, sala de quarentena e uma sala onde se pensa a instalação de um laboratório de conservação.



Figura 28: Acesso Sala de Exposição

Fonte: Autora, 2013



Figura 29: Sala de Exposição Temporária

Fonte: Autora, 2013

c) Instalações

A cobertura da instituição é telhado de amianto, sensível as variações de temperatura e suscetível a chuvas e queda de galhos/árvores. Possui ainda três jardins internos no espaço expositivo, dois em Reserva Técnica, um na sala de exposição temporária e dois no arquivo documental; além de grande número de janelas sem filtro de proteção UVA e UVB, tanto nos espaços expositivos quanto nos de guarda.



Figura 30: Prédio do Museu

Fonte: Autora, 2013

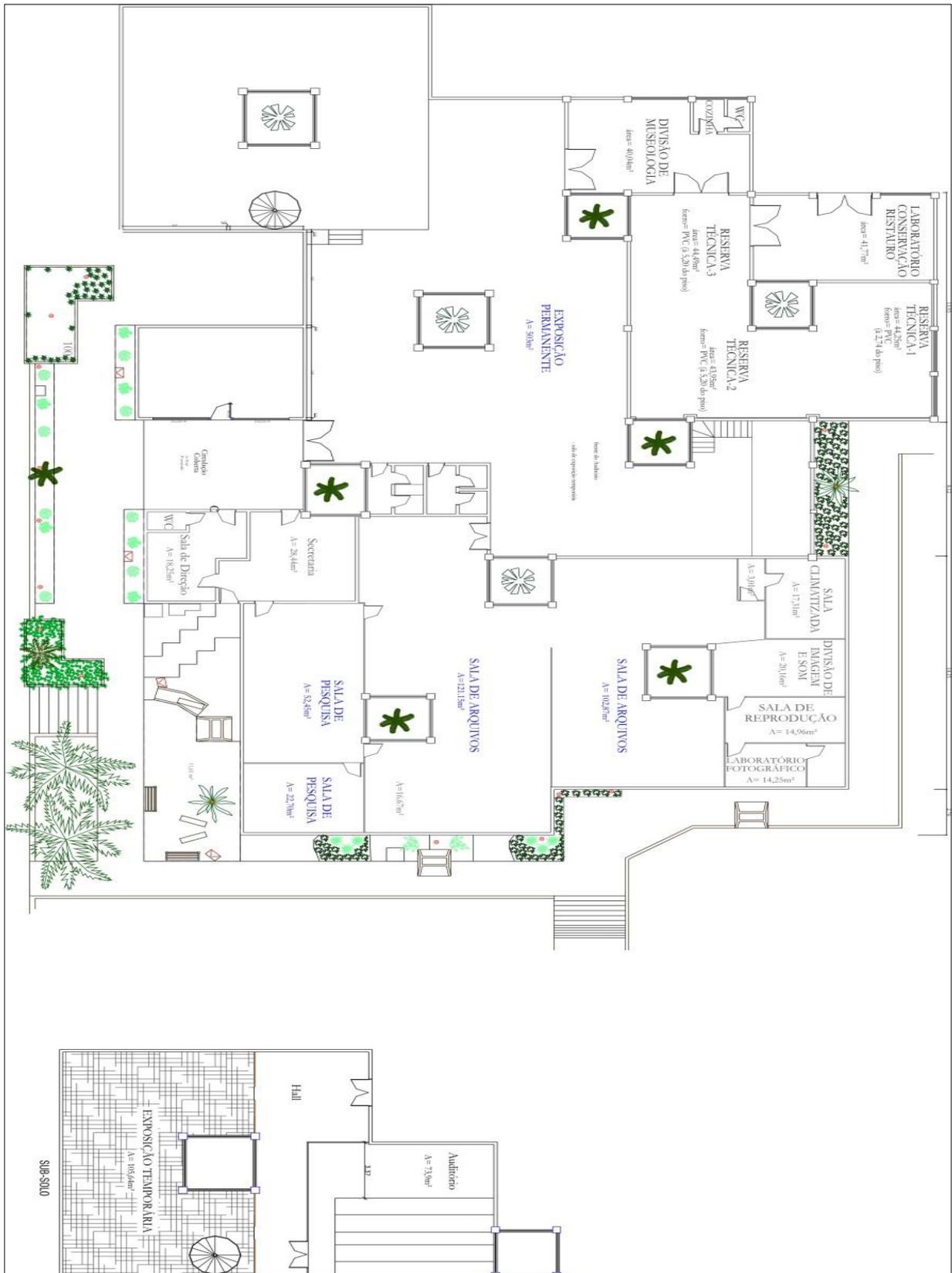


Figura 31: Planta Baixa do Museu

Fonte: Arquivo MADP

6 – Segurança

a) Recursos humanos

O MADP não possui servidor lotado na instituição para este fim, entretanto a FIDENE possui funcionários destinados especificamente para a segurança patrimonial da mesma. Tais servidores fazem ronda e ocupam-se também da segurança do prédio do museu.

b) Equipamentos e medidas de segurança

Os equipamentos de segurança restringem-se a extintores de incêndio distribuídos pelo edifício, conforme as exigências legais, e alarmes com sensor de movimento instalados nas principais entradas do prédio.

7 – Recursos Financeiros¹⁷

a) Fontes Internas

A instituição é mantida pela FIDENE a partir de repasse de recurso anual no valor de R\$109.000,00. Existindo ainda, a título de receitas internas, a cobrança de ingresso para a visitação no valor de R\$3,00 para estudantes e R\$6,00 para os demais públicos, estando idosos e crianças isentos de tal taxa, além destes valores é oferecido taxa diferenciada para grupos agendados, R\$2,00 por pessoa.

O MADP possui ainda um grupo de “bem feitos” chamados Membros Contribuintes, os mesmos colaboram mensalmente com valores variáveis, sendo a média anual de receita proveniente deste grupo R\$11.000,00, ainda existem as entradas provenientes da Lojinha do Museu, valor variável dependendo do fluxo de visitantes, que gira anualmente em torno de R\$3.500,00.

¹⁷ Informações enviadas pela Diretora do Museu, Stela Mariz Zambiasi de Oliveira, por email, em 06/05/2014.

PROGRAMA DE TRABALHO	VALOR ORÇADO	OBSERVAÇÃO
Lojinha do Museu	2.000,00	Aquisição de acervos para serem vendidos na Lojinha do Museu (artesanatos indígenas e livros da Coleção do Museu)
Administração do Museu	198.020,14	Despesas da Secretaria e despesas gerais não incorporadas nos demais Programas de Trabalho
Serviços de Museologia	73.904,24	Despesas da Divisão de Museologia
Serviços de Arquivo	9.989,18	Despesas da Divisão de Documentação e da Divisão de Imagem e Som
Serviços de Limpeza, Copa e Cozinha	2.430,00	Despesas com material de limpeza usado em toda estrutura do Museu
Transferências Custos Administrativos	4.800,00	
Serviços de Manutenção	500,00	
Serviços postais, seguros, luz, água, aluguéis e depreciação	40.001,88	Despesas de todo o Museu (não estão separadas por Programa de Trabalho)
Jovem Aprendiz	2.600,26	
TOTAL DESPESA ORÇADA PARA 2014	334.245,70	

Tabela 01: Orçamento referente ao ano de 2014, por programa de trabalho¹⁸.

Fonte: MADP

b) Fontes Externas

O MADP é parceiro de Sindicatos de classe, Prefeitura Municipal de Ijuí e outras entidades culturais que colaboram das mais variadas formas.

Além das parcerias externas, a equipe do Museu dedica-se a elaboração de projetos específicos, que venham sanar as maiores demandas da instituição, para submissão em Editais de Fomento a nível municipal, estadual e federal. Sendo esta uma das maiores fontes de receita externa do Museu.

¹⁸ Tabela enviada pela Diretora do Museu, Stela Mariz Zambiasi de Oliveira, por email, em 09/07/2014.

4.1.3 – Pontos Fortes e Pontos Fracos

Pontos Fortes	Pontos Fracos
Único Museu na cidade de Ijuí/RS	Espaço físico limitado e inadequado a normas de segurança
Reconhecido pela comunidade local e regional	Visitação majoritária de escolares
Número expressivo de funcionários	Falta de profissionais especializados
Possui Regimento Interno e Organograma Funcional	Regimento Interno e Organograma Funcional desatualizados; Falta de políticas de gestão específicas.
Possui Associação de Amigos do Museu	Associação de Amigos do Museu é pouco expressiva
É um espaço de referencia no que tange a pesquisa documental.	Não se reconhece como um centro de pesquisa e cultura

Tabela 02: Pontos Fortes e Pontos Fracos

Fonte: Autora

4.1.4 – Oportunidades e Ameaças

Oportunidades	Ameaças
Continuação da atual Direção da FIDENE	Mudança na Direção da FIDENE
Parceria com instituições culturais e empresariais locais	Diminuição de repasse orçamentário e horas de trabalho dos especialistas
Ampliação e Transformação para Centro de Pesquisa e Cultura	Encerramento do convenio com a Prefeitura Municipal de Ijuí

Tabela 03: Oportunidades e Ameaças

Fonte: Autora

4.1.5 – Apontamentos para o desenvolvimento dos Programas

Neste momento, fase 02 do Plano Museológico, tem-se o intuito de apontar algumas atividades necessárias para o aperfeiçoamento das ações do Museu Antropológico Diretor Pestana, considerando o diagnóstico situacional e as frentes definidas na Lei 11.904/2009 – Estatuto dos Museus.

4.1.5.1 – Programa Institucional:

- Observar a Missão, Visão, Propósito, Princípios e Objetivos propostos no Programa Institucional da FIDENE e repensar o intuito da instituição,

considerando, sobretudo, a possibilidade de transformar o MADP e um Centro de Pesquisa e Cultura que abrigue o Museu, o Arquivo Documental e o Arquivo Iconográfico e Sonoro¹⁹.

- Revisar e atualizar o Regimento Interno do Museu, considerando as possibilidades do Museu;
- Revisar e atualizar o Organograma, considerando a realidade e as possibilidades da instituição;
- Revisar o quadro de funcionários, em consonância com o novo organograma, refletindo a cerca da necessidade de contratação de especialistas: arqueólogo, antropólogo, conservador/restaurador e pedagogo, bem como ampliação do número de funcionários para atendimento ao público. Além destes, analisar a possibilidade de ampliação da carga horária de todo quadro funcional da instituição, considerando às 40h semanais;
- Afinar o diálogo com a Associação de Amigos do Museu e reativá-la, para auxílio as atividades da instituição.
- Propor ações/campanhas conjuntas a comunidade.

4.1.5.2 – Programa de Gestão de Pessoas:

- Contratar profissionais especialistas nas áreas de atuação, e acervos, do Museu;
- Incentivar a capacitação/aperfeiçoamento/atualização dos profissionais da instituição;
- Definir, de acordo com o organograma, e esclarecer as demandas e responsabilidades de cada profissional dentro da equipe;
- Ampliar o quadro funcional no que tange as atividades de atendimento, segurança e manutenção da instituição;
- Criar parcerias com outras instituições para estabelecimento de estágios.

¹⁹ Conforme explicitado anteriormente, o Museu atualmente é composto por três Divisões: Museologia, Documentação e Imagem e Som, entretanto, cada setor segue diretrizes particulares e específicas de tratamento técnico. Entendemos que, na realidade e considerando as particularidades da museologia e da arquivologia, a FIDENE possui um Centro de Pesquisa e Cultura onde estão inseridos o Museu e os Arquivos.

4.1.5.3 – Programa de Acervos:

- Criar, estruturar e implementar as Políticas de Aquisição e Descarte de Acervos;
- Definir e conceituar as coleções que comporão cada uma das Seções de salvaguarda, refletindo a cerca da possibilidade de extinção da seção de numismática e filatelia;
- Inventariar, higienizar e acondicionar os acervos alocados em Reserva Técnica, definido as diretrizes de guarda;
- Conferir e atualizar as fichas catalográficas;
- Definir e implementar o Livro Tombo e o Banco de Dados;
- Realizar registro fotográfico do acervo;
- Limpar e organizar os espaços de guarda de acervos;
- Atualizar o sistema CLIMUS e instalar novos pontos de leitura, tanto em exposição quanto em reserva;
- Avaliar o sistema elétrico e instalar novos climatizadores na instituição;
- Definir e implementar o controle de entrada no ambiente de reserva técnica, observando os acessos, a circulação e o pessoal;
- Definir e guardar separadamente os acervos museológicos do material educativo e de apoio;
- Elaborar documentos que apontem as formas de utilização e empréstimo dos acervos.

4.1.5.4 – Programa de Exposições:

- Avaliar as exposições temporárias já realizadas e repensar o planejamento anual²⁰, pensando novas temáticas e número menor de exposições;
- Ampliar os temas apresentados nas exposições itinerantes e explorar mais esta tipologia museográfica;
- Avaliar, projetar e implementar mudanças efetivas na exposição de longa duração, pensando mais amplamente a cidade e a região, bem como

²⁰ Entendemos que, baseando nosso argumento no Diagnóstico apresentado anteriormente, o Museu possui número exaustivo de exposições temporárias, não havendo possibilidade de pesquisas direcionadas e aprofundadas. Além de “engessar” o planejamento atual, não existindo espaço para projetos novos.

vislumbrando maior utilização dos acervos salvaguardados em reserva técnica.

- Incluir recursos audiovisuais e de acesso a pessoa com algum tipo de deficiência nas exposições;
- Elaborar edital para empréstimo ou locação da sala de exposições temporárias para interessados em expor no Museu, desde que esteja de acordo com a Missão institucional;
- Desenvolver novas parcerias, com instituições a fins, para exposições temporárias e itinerantes.

4.1.5.5 – Programa Educativo Cultural:

- Ampliar o quadro de funcionários direcionados ao atendimento;
- Treinar a equipe para a realização de atendimentos especializados, pensando os variados públicos da instituição;
- Refletir, planejar e implementar um programa de educação permanente, desligado das exposições temporárias, objetivando parcerias institucionais e fruição das coleções;
- Elaborar e disponibilizar material gráfico sob o olhar da educação em museus;
- Usar como base a Política Nacional de Educação Museal;

4.1.5.6 – Programa de Pesquisa:

- Realizar efetiva pesquisa de público, objetivando o reconhecimento dos públicos do museu e das demandas apontadas pelos mesmos;
- Definir e divulgar linhas de pesquisa do Museu, tal atividade pode auxiliar no aumento de informações a respeito das coleções salvaguardadas, bem como, com a implementação da pesquisa, trazer pesquisadores externos – da UNIJUÍ e demais instituições educativas da região²¹.

²¹ É importante, a nosso ver, esclarecer que a equipe do Museu não deverá ser a responsável por realizar tais pesquisas, uma vez que haverá acúmulo de atividades. Nosso apontamento vai ao encontro de uma necessidade institucional, pensando, sobretudo, na possibilidade de desta forma trazer a instituição novos parceiros.

- Incentivar os Professores da UNIJUÍ a trabalhar o Museu em suas disciplinas e pesquisas.
- Editar e publicar livros sobre as coleções da instituição;
- Realizar cursos, oficinas e palestras que dialoguem com os objetivos do Museu e fruem com as coleções.

4.2.5.7 – Programa Arquitetônico:

- Construir uma laje na instituição;
- Adequar os acessos ao Museu considerando diretrizes de acessibilidade;
- Melhorar a sinalização e iluminação ao redor da instituição;
- Ampliar os espaços de guarda de acervos;
- Readequar, considerando os apontamentos sobre a exposição de longa duração, o circuito expositivo, considerando a circulação de pessoas e o projeto expográfico;
- Realizar estudo específico sobre a adequação dos banheiros, frisando, idealmente, a possível mudança de localização;
- Desativar a cozinha;
- Mapear e realizar estudo sobre as rotas de acesso e fuga do Museu;
- Extinguir os jardins internos;
- Mapear e providenciar a implementação de filtros UVA e UVB em todas as portas e janelas de vidro;
- Avaliar a sinalização interna do Museu.

4.2.5.8 – Programa de Segurança:

- Contratar profissionais capacitados para a segurança do Museu;
- Pesquisar e implementar um sistema de segurança contra invasões e outro contra incêndios;
- Definir as rotinas de segurança do Museu e apontar responsáveis pelas atividades específicas;
- Mapear as rotas de emergência e fuga;
- Atualizar a sinalização de emergência;

- Contratar, pensando em consultoria específica, um museólogo que trabalhe com segurança em museus para elaboração de diagnóstico específico de segurança.

4.2.5.9 – Programa de Financiamento e Fomento:

- Avaliar e atualizar o valor do ingresso;
- Tentar ampliar a receita repassada pela FIDENE;
- Incrementar os souvenirs vendidos na lojinha;
- Realizar campanhas para aumentar o número de Membros Contribuintes;
- Realizar parcerias com empresas que possa apoiar as atividades do Museu;
- Designar equipe especializada para elaboração de projetos e procura por editais de fomento, visando melhor classificação nos certames.

4.2.5.10 – Programa de Difusão e Divulgação:

- Contratar profissional especializado para responder pela identidade visual da instituição;
 - Realizar estudos de marketing;
 - Confeccionar novo folder;
 - Atualizar periodicamente o site institucional;
 - Realizar parcerias onde a marca do Museu seja inserida;
 - Participar de redes temáticas específicas – REM, SEM, IBRAM;
 - Criar produtos comerciais com a marca institucional;
 - Ampliar a divulgação do Infomativo Kema;
 - Otimizar o uso do email institucional para divulgação de atividades;
 - Confeccionar catálogos do acervo.
-

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tal pesquisa foi desenvolvida entre os anos de 2012 e 2014, entretanto desde 2010, com nossa chegada ao MADP, as questões relacionadas a gestão da instituição nos trouxeram dúvidas e reflexões.

Em um primeiro momento pudemos observar problemas com a gestão dos acervos, conforme citado no Diagnóstico Situacional. Em outro momento nos deparamos com questões relacionadas à utilização dos espaços e estrutura física, bem como dificuldades com a administração institucional.

Além disto, desde nossa chegada ao Museu houve a cobrança, por parte da direção, pela elaboração do Plano Museológico, isto porque já estava em vigência a Lei 11.904 e a instituição queria se adequar à mesma o mais rápido possível.

Diante desta realidade e considerando nosso interesse pelo tema, gestão de museus, observamos a possibilidade de transformar tal atividade em uma pesquisa mais ampla que, além de elaborar o Plano, pudesse realizar discussões a respeito do tema. Sendo assim, elaboramos o projeto para seleção do Mestrado.

Porém, mesmo tendo a ideia de realizar tal pesquisa, pensamos em desenvolver o Plano institucionalmente, conforme as diretrizes apontadas pela Lei. Entretanto, em nossa tentativa de começar as discussões acerca da elaboração deste documento nos deparamos com uma grande questão, a instituição não sabia o que era um Plano Museológico e, ao contrário do objetivo do mesmo, esperava que tal documento trouxesse respostas e soluções para o Museu, ao invés de trazer a tona os problemas e desafios.

As primeiras questões que levantamos foram: Porque temos um Arquivo Institucional documental dentro do Museu? Qual a razão de os acervos iconográficos e sonoros não estarem salvaguardados conforme os padrões museológicos? Porque nos definimos como um Museu e não como um Centro de Pesquisa e Cultura?

Além destas questões, e após uma primeira conversa com a Direção do Museu, percebemos que seria mais interessante, antes de chamar a equipe da instituição e a comunidade externa para construirmos um Plano participativo, realizar

um Pré Plano, explicando para a equipe, em um segundo momento, como aqueles pontos tinham sido definidos e como poderíamos desenvolver a partir de então. Entendíamos que desta forma seria mais fácil ilustrar aos envolvidos qual a finalidade de um Plano e assim envolve-los no desenvolvimento.

Entretanto, embora várias tentativas de conversas com arquitetos e engenheiros da mantenedora, bem como com o Conselho Diretor do Museu e a própria administração da FIDENE, não alcançamos o apoio necessário. E neste momento algumas outras questões ficaram latentes, tais como: para a mantenedora o Museu não está entre as prioridades, na maioria das vezes sendo tratado como o local de guarda dos documentos da instituição; além disso, mesmo que a instituição tenha sido criada por um apelo da comunidade e por um sonho dos Freis, hoje a FIDENE tem foco administrativo-financeiro e o Museu é uma das mantidas com menos retorno econômico.

Neste sentido foi possível perceber que, embora a administração do Museu se esmere para manter o mesmo funcionando não é possível prever o tempo que a instituição se manterá ativa, o que é demonstrado pela falta de investimento da mantenedora na estrutura física – muitas foram as chuvas que causaram alagamento nas exposições e no arquivo documental -, na manutenção do sistema de climatização – várias foram as panes nos climatizadores causando queda de energia, oscilações de temperatura e umidade, bem como inundações -, na compra de equipamentos e materiais adequados para o tratamento técnico do acervo, na contratação de corpo técnico especializado e nas exposições realizadas anualmente. Fatores que, a nosso ver, deixam claro que o Museu precisa estar sempre atento a editais de fomento e financiamento, bem como prêmios e consultorias externas, afinal só desta forma terá uma sobrevivência, até porque os ingressos cobrados pelas visitas e pesquisas e os valores advindos da lojinha não são suficientes para manter a instituição.

Mesmo sem nenhum apoio, algumas foram as tentativas de começar a elaboração do Plano Museológico do MADP. Todavia, por ter um quadro de especialistas muito pequeno e, corroborando nossa fala anterior, alguns técnicos terem a carga horária reduzida, muitas são as demandas da instituição, havendo sobrecarga de trabalho e pouco, quase nenhum, tempo para o desenvolvimento de

novas atividades. Sendo assim, foi impossível contar com a ajuda de qualquer colega de equipe e, muito menos, separar um período para se dedicar a tal demanda.

Considerando todas as questões citadas, a única forma de elaborar tal documento seria com o desenvolvimento da pesquisa, por tal motivo optamos por realizar uma proposta de Plano Museológico ideal, ou seja, utilizando nosso conhecimento da instituição mas, sobretudo, considerando o ideal, sem nos preocuparmos com as negativas e apontamentos da instituição.

Quando tomamos tal decisão nos deparamos com várias outras questões, agora que tangenciam a pesquisa.

Como dito no Capítulo II, muito pouca é a bibliografia nacional voltada para a Gestão de Museus, o que acaba gerando problemas de acesso. Existe um bom material sendo produzido em Portugal, Espanha e Canadá, entretanto a busca pelos mesmos não se dá de forma rápida, o que causa a dedicação de bastante tempo gasto.

Entretanto, mesmo procurando apontamentos sobre as questões de gestão, nosso olhar estava voltado para a Lei, a elaboração do Plano e os desafios consequentes, que foram muitos.

Ao nos debruçarmos sobre a Lei podemos perceber que, mesmo apontando os Programas e a necessidade de um Diagnóstico e dos Projetos, nenhuma outra informação é dada. Neste sentido, e por sabermos que o IBRAM é o órgão responsável pela elaboração de diretrizes e fiscalização de execução das mesmas, dedicamos nossa pesquisa a outras publicações, normativas e ou portarias do Instituto que apontassem, ou exemplificassem, como elaborar um Plano Museológico. Nossa busca foi falha; percebemos que o Institui, após a publicação da Lei, não produziu nenhum outro documento que desse embasamento às instituições e explicasse a forma como o Plano deve ser desenvolvido.

A nosso ver, e falamos isso considerando que todas as instituições museológicas no país precisam se adequar a Lei, o IBRAM tem um ato falho ao não disponibilizar nenhum material relacionado ao Plano Museológico. Isso porque,

como sabemos, muitas são as instituições no país que não tem Museólogo em seu quadro funcional e talvez não tenham conhecimento da legislação vigente.

Neste sentido, após não encontrarmos nenhuma diretriz clara da forma como o Plano deveria ser elaborado, partimos para a busca destes documentos em outras instituições museológicas, usando como filtro a procura pelos Planos das instituições que estão sob administração do IBRAM. Nos deparamos então com uma quantidade infinita de Planos, cada um com suas informações e formatos específicos, ou seja, nem mesmo os Museus que são administrados pelo Instituto seguem um padrão.

Sendo assim, e após nova busca por outras ferramentas, optamos por elaborar uma proposta baseada no Plano do Museu Casa da Princesa – GO que, segunda a museóloga, se baseia no Plano do Museu da Abolição. Ao estudarmos tal documento percebemos que o mesmo possuía campos que conseguiríamos discutir e, de forma muito organizada e baseada na Lei, nos faria trazer informações pertinentes e refletir sobre as mesmas.

Desta forma, após o apontamento de nossos motivos e desafios ao longo do trabalho, consideramos que a questão da Gestão dos Museus vem sendo estudada, no Brasil, há pouco tempo, o que gera pouco material bibliográfico para consulta e difusão.

Além disso, embora concordemos que a Lei 11.904/2009 pode ser um estímulo para ampliação da atuação dos profissionais museólogos nos museus e uma forma de fazer com que as instituições se comprometam, percebemos que a mesma tem sido utilizada para causar “medo” nos administradores, que ao invés de procurarem entender e fazer crescer suas instituições estão preocupados com o final do prazo de execução.

Neste ponto chegamos a uma constatação importante: com o medo de perder o prazo e a necessidade de o Plano ser assinado por um museólogo, desenvolveu-se toda uma “indústria” de Planos Museológicos. Algumas foram as empresas de consultoria criadas no país que elaboram o Plano, deixando claro, a nosso ver, a obrigatoriedade com o prazo e não com o real reconhecimento da instituição, suas oportunidades e ameaças, seu pontos fortes e fracos. Esta, a nosso ver, é uma das falhas desta Lei.

Além do que tange a Lei, consideramos que o MADP em algum momento elaborará seu Plano Museológico. Esperamos, sinceramente, que seja um documento real apontando todas as necessidades do Museu e que sirva como estímulo para que a instituição volte a ser protagonista no cenário Regional.

Nossa proposta de Plano Museológico ficará a disposição da instituição, como uma forma de retorno pelo período trabalhado e pela admiração que sentimos pelo Museu e pela equipe.

REFERÊNCIAS

Acessibilidade/Resource: The Council for Museums, Archives and Libraries; [tradução Maurício O. Santos e Patrícia Souza]. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: [Fundação] Vitae, 2005. (Série Museologia: roteiros práticos; 8).

BRASIL. **Decreto nº 5.264, de 05 de novembro de 2004. Institui o Sistema Brasileiro de Museus.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 05 de novembro de 2004.

BRASIL. **Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 14 de janeiro de 2009.

BRASIL. **Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009. Cria o Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 20 de janeiro de 2009.

BRASIL. **Lei nº 7.287, de 18 de dezembro de 1984. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de museólogo.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 18 de dezembro de 1984.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Política Nacional de Museus.** Organização e textos, José dos Nascimento Junior e Mário de Souza Chagas. Brasília. MinC, 2007.

CALLAI, Jaeme Luiz. “40 anos de Memória”. In: **Museu Antropológico Diretor Pestana: 40 anos de história.** Ijuí: Editora Unijuí, 2002.

CANDIDO, Manuelina Maria Duarte. **Gestão de Museus, um desafio contemporâneo: diagnóstico museológico e planejamento.** Porto Alegre. Ed. Medianiz, 2013.

CAZELLI, Sibebe; MARANDINO, Martha e STUDART, Denise Coelho. “Educação e Comunicação em Museus de Ciência: aspectos históricos, pesquisa e prática”. In: **Educação e Museu: A Construção Social do Caráter Educativo dos Museus de Ciência.** Rio de Janeiro, 2003.

CONCEIÇÃO, Octavio A. C. **O conceito de instituição nas modernas abordagens institucionalistas.** Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

Conservação de Acervos. Museu de Astronomia e Ciências Afins. Organização de Marcus Granato, Claudia Regina Alves da Costa e Claudia Penha dos Santos. Rio de Janeiro, MAST, 2007.

Conservação de Coleções / Museums, Libraries and Archives Council; [tradução Maurício O. Santos e Patrícia Souza]. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: [Fundação] Vitae, 2005. (Série Museologia: roteiros práticos; 9).

CORDOVIL, Maria Madalena. Novos Museus, Novos Perfis Profissionais. **CADERNOS DE MUSEOLOGIA** Nº1, 1993. Pág. 12 á 19.

DE TONI, Jackson. **Gestão Inovadora. Canoas.** Ed. ULBRA, 2011.

FERNÁNDEZ, Luis Alonso. **Museología y Museografía.** 2ª ed. 2001, Barcelona. Ediciones del Serbal.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

Gestão Museológica: Desafios e Práticas / Timothy Mason. – São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo : British Council : [Fundação] Vitae, 2004. (Série Museologia: roteiros práticos; 7).

Gestão Museológica: questões teóricas e práticas. Seminário Internacional sobre Gestão Museológica realizado pelo Museu Nacional do Conjunto Cultural da República. Organizador Wagner Barja. Brasília; Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013. (Série Obras em Parceria: n.7).

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIRAUDY, Danièle. **O museu e a vida** / Danièle Giraudy, Henri Bouilhet; Tradução Jeanne France Filiatre Ferreira da Silva. - Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória; Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro - RS; Belo Horizonte: UFMG, 1990. 100p.

HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, Francisca – **Manual de Museología.** Madrid: Editorial Síntesis, 1998.

ICOM. **Código de Ética Profissional do Conselho Internacional de Museus,** 2009. Disponível em: <http://www.icom.org.br/C%C3%B3digo%20de%20%C3%89tica%20Lus%C3%B3fono%20iii%202009.pdf>. Acesso em: mar.2014.

ICOM. **Como Gerir um Museu: Manual Prático.** ICOM, 2004.

IZQUIERDO, Iván. **Questões sobre memória**. Universidade do Vale dos Sinos. Porto Alegre: Editora: UNISINOS. 5ª impressão. 2013.

LAZZAROTTO, Danilo. **História de Ijuí**. Ijuí: Editora Unijuí, 2002. (Coleção Museu Antropológico Diretor Pestana).

Legislação sobre museus. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Coordenação de Bibliotecas. 2013.

MARQUES, Mário Osório. BRUM, Argemiro Jacob. **Nossas Coisas e Nossa Gente**. Ijuí: Editora Unijuí, 2004. (Coleção Museu Antropológico Diretor Pestana).

MARQUES, Mário Osório. Museu e História. **Cadernos do Museu** nº 11. Ijuí. Editora UNIJUÍ, 1981.

Museu Antropológico Diretor Pestana: 40 anos de história. Ijuí: Editora Unijuí, 2002.

Museu Instituição de Pesquisa. Museu de Astronomia e Ciências Afins. Organização de Marcus Granato e Claudia Penha dos Santos. Rio de Janeiro, MAST, 2005.

Museus: o que são, para que servem? Sistema Estadual de Museus – SISEM SP (Organizador). Brodowski (S.P): ACAM Portinari; Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo. São Paulo, 2011. (Coleção Museu Aberto).

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Cultura é patrimônio: um guia**. Rio de Janeiro: editora FGV, 2008. 192p.

Para além dos muros: por uma comunicação dialógica entre museu e entorno. Cristiane Batista Santana (texto). Brodowski (S.P): ACAM Portinari; Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo. São Paulo, 2011. (Coleção Museu Aberto).

PEREIRA, Josei Fernandes. Memória e Identidade Étnica na Colonização da Região Noroeste do Rio Grande do Sul. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, São Paulo, 2011.

POMIAN, K. Coleção. **Enciclopédia Einaudi**. 1. Memória – História. Porto. Imprensa Nacional, Casa da Moeda. 1984.

Plano Diretor / Stuart Davies; tradução de Maria Luiza Pacheco Fernandes. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fundação Vitae, 2001. – (Série Museologia, 1).

PRATS, Llorenç. **Antropologia y patrimônio**. Barcelona: Editora Ariel S.A., 1997.

PREISLER, Leonilda Maria. Aspectos da Memória de quem Preserva a História. In: **Museu Antropológico Diretor Pestana: 40 anos de história**. Ijuí: Editora Unijuí, 2002.

Preservação do Patrimônio Cultural. Organização Cláudia Porcellis Aristimunha, Lígia Ketzner Fagundes, Lorete Mattos. Porto Alegre, Museu da UFRGS, Setor do Patrimônio Histórico da UFRGS, Prefeitura Municipal de Porto Alegre, Associação de Conservadores e Restauradores de Bens Culturais do Rio Grande do Sul, 2013.

SANTOS, Carlos José Giudice dos. **Os Tipos de Pesquisa**. Material disponibilizado na Disciplina de Metodologia Científica.

SANTOS, Fausto Henrique dos. **Metodologia Aplicada em Museus**. Colaboração Andréa Considera Rabello; Apresentação Affonso Romario Sant'Ana. São Paulo: Editora Mackenzie, 2000.

Segurança de Museus / Resource: The Council for Museums, Archives and Libraries; tradução Maurício O. Santos, Patrícia Ceschi. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Vitae, 2003. – (Série Museologia: roteiros práticos; 4).

SILVA, Ruth Helena do Nascimento Vasconcelos. **Aspectos Relevantes Sobre a Família e os Conflitos Familiares Presentes na Sociedade Atual**. Belém, 2011.

TRINDADE, Silvana Cançado. **Planejamento Museológico: Caderno 02**. Secretaria de Estado de Cultura/Superintendência de Museus e Artes Visuais de Minas Gerais, 2010.

VALENTE, Maria Esther. A Conquista do Caráter Público do Museu. In: **Educação e Museu: A Construção Social do Caráter Educativo dos Museus de Ciência**. Rio de Janeiro, 2003.

VARINE, Hugues de. **Repensando o conceito de museu**. In: GJESTRUM, John Aage; MAURE, Mare. Okosmuseumboka. Noruega: s/e. 1988.

Sites da Internet

<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/riograndedosul/ijui.pdf>

- acessado em julho de 2014.

<http://www.esteditora.com.br/Capuchinhosnahistoriaenodesenvolvimentodeljui>

- acessado em julho de 2014.

<http://www.ijui.rs.gov.br/prefeitura/index/6>

- acessado em julho de 2014.

<http://www.revistatemalivre.com/Prata.html>

- acessado em abril de 2014.

<http://www.unijui.edu.br/finance/historico>

- acessado em julho de 2014.

ANEXOS

Anexo I – Portaria de Criação do MADP

FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE IJUÍ
CAIXA POSTAL. 201 – IJUÍ – RIO GRANDE DO SUL

30

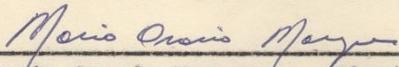
P O R T A R I A

De 25 de maio de 1961

Marío Osório Marques, Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ijuí, TORNA PÚBLICO que, em sessão plenária da Congregação, realizada a 25 de maio de 1961, foram determinadas :

- 1)- a criação, junto ao Centro de Estudos e Pesquisas Sociais da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ijuí, de um MUSEU ANTROPOLÓGICO de Ijuí e da região de influência da Faculdade;
- 2)- a nomeação do Sr. Dr. MARTIN FISCHER para, na qualidade de Diretor, dar todos os passos necessários para a instalação e funcionamento do referido museu.

Ijuí, 25 de maio de 1961



Marío Osório Marques - Diretor

Anexo II – Organograma da FIDENE

